

62. "A pilhéria do Sr. Collor..." (A pedidos), *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 de março de 1932.
63. Cf., por exemplo, Fernando Callage, "O passado e o presente da questão social no Brasil", *Cultura Política*, ano I, n. 1, março de 1941; Alcides Marinho Rego, "O seguro social e a sua evolução no Brasil", *Cultura Política*, ano IV, n. 3, maio de 1944; Fernando Callage, "Justiça social, humana e cristã", *Cultura Política*, ano II, n. 17, julho de 1942.
64. "Conferência do professor Joaquim Pimenta, proferida no Teatro João Caetano", *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1930.

Bibliografia

- CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difel, 1973.
- . *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.
- DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *Idéias sociais de Jorge Street*. Brasília: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa/MEC, 1980.
- . *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice/Iuperj, 1988.
- MORAES, Evaristo de. *Minhas prisões e outros assuntos contemporâneos*. Rio de Janeiro: s/e., 1927.
- MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados/Editora da UnB, 1981.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito — pesquisa (1906-1937)*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1977.
- PIMENTA, Joaquim. *Retalhos do passado*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil, 1889-1930*. Documentos. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

O PCB: 1929-43

Marly de Almeida Gomes Vianna

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP);
professora de mestrado em História da Universidade Salgado de
Oliveira (Univero).

O período da história do PCB — Partido Comunista do Brasil — que vai de 1929 a 1943 foi de grandes mudanças. Fundado em março de 1922, o PCB teve intensa atividade política nos sete primeiros anos de sua existência. Realizou três congressos, uma conferência nacional, ligou-se à III Internacional Comunista (IC), fundou o jornal *A Classe Operária*, foi responsável pelo jornal *A Nação*, editou a revista *Autocrítica*. Apesar de ter vivido na legalidade muito pouco tempo e de contar com reduzida militância, o pequeno PCB era um partido aguerrido, que, ligado ao movimento operário e sindical, participou das eleições, elegeu vereadores, organizou o BOC (Bloco Operário e Camponês).

Sua principal tese política à época — a do “agrarismo *versus* industrialismo” —, embora bastante discutível, teve o mérito de tentar pensar com originalidade a sociedade brasileira. Apesar de sua ligação com a IC numa época em que o sectarismo começava a tomar conta do movimento comunista internacional, o pequeno PCB foi independente o bastante para tentar construir uma aliança com os tenentes. Mesmo em 1929, ao término da Conferência de Buenos Aires, que mudaria a vida do partido, o chefe da delegação a esse evento, Leôncio Basbaum, foi procurar os tenentes, propondo-lhes uma aliança eleitoral para 1930, com Prestes como candidato à presidência da República.

Já no início da época de que tratamos — meados de 1929 —, a intervenção direta da IC praticamente acabou com a vida política e orgânica do PCB. No entanto, e evitando uma interpretação maniqueísta, não pensamos em “os bons fundadores do Partido” (não importa seu grau de

ingenuidade), de um lado, e, de outro, em “os maus da IC”. O PCB sempre se moveu com dificuldade na vida política do país. Isso porque a força política de um partido que pretende representar uma classe social depende essencialmente da atividade, da disposição política dessa classe, de sua atividade de massa. Em nossa sociedade, o espaço para a organização e a atuação do movimento operário e sindical era mínimo; a repressão a qualquer manifestação desse movimento, violenta. A cultura política, indispensável para a atividade de massas, para a luta de classes e para a competente atividade do partido que representa tal classe, forja-se na luta econômica, na luta política e em seu fortalecimento e acumulação de forças, o que era dificultado no país pela brutalidade da repressão.

MUDANÇA DE RUMO (1929-1932)

No início de 1929, a Internacional Comunista, por uma resolução de seu VI Congresso, realizado em julho de 1928, voltou sua atenção para a América Latina. Nessa ocasião já se havia iniciado na URSS o período chamado de stalinista, período de abastardamento do marxismo e de grande sectarismo. Para ajustar as resoluções do VI Congresso à região, realizou-se em Buenos Aires a Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e Caribe, de 1º a 12 de junho de 1929, que traçou novos rumos para os comunistas da América Latina. A IC reafirmava o caráter de país semicolonial do Brasil, condenava qualquer aproximação com as forças da pequena burguesia e pregava o fortalecimento bolchevique dos partidos, através de uma política de proletarianização de seus quadros.

Como consequência da Conferência de Buenos Aires, em outubro de 1929 o PCB realizou seu III Pleno (o segundo havia sido em julho), que renegou as resoluções dos II e III Congressos e afastou Astrojildo Pereira e Octávio Brandão da direção, responsabilizando-os pelos considerados “desvios de direita” do partido. Até meados de 1932, qualquer veleidade

de entrosamento com os tenentes ou de trabalhar em frente única com forças que não fossem proletárias ou camponesas caiu por terra.

Logo depois do III Pleno, a Comissão Executiva da IC organizou reuniões em Moscou para discutir o chamado “problema brasileiro”. Estiveram presentes, entre outros, Dimitri Manuiski, responsável da IC pelo Brasil, e Astrojildo Pereira. Para a IC, a linha política do PCB deixava-o a reboque da burguesia, o BOC era uma organização deletéria, o contato com os tenentes, subserviência aos caudilhos pequeno-burgueses. Astrojildo Pereira acabou sendo expulso, e Brandão só não o foi por ter feito autocrítica de seus “desvios de direita”. Para cumprir as resoluções da IC, Leôncio Basbaum e Paulo de Lacerda, intelectuais, foram afastados da direção e Fernando de Lacerda passou de efetivo a suplente. Para substituir Basbaum e Paulo foram escolhidos dois operários: um ferroviário, que nunca apareceu, e um metalúrgico, José Vilar, que chegou a secretário-geral.

A IC passava a interferir diretamente nos assuntos brasileiros. Enviou então assessores ao Brasil (Inez Gurski e Pierre), que vieram para incrementar a chamada política de “proletarianização”. Nesse período, o PCB só não se submeteu à IC no que disse respeito a Prestes. Depois de maio de 1930, enquanto a IC procurava conquistar o Cavaleiro da Esperança para suas posições, no que logo teve êxito, o PCB opôs-se intransigentemente a aceitar Prestes em suas fileiras.

Cabe notar também que, se a interferência da IC na vida do PCB só foi direta no período da “proletarianização” — que vai do final de 1929 a meados de 1932 —, a influência teórica e ideológica foi profunda, em especial a daquele “marxismo” canhestro, que vigorou depois da morte de Lenin e com maior força a partir do VI Congresso. Foi esse “marxismo” que dominou o pensamento do partido quando recomeçou sua reestruturação, em meados de 1933. No dizer de Franz Marek, em seu estudo sobre a mentalidade stalinista, tal marxismo foi “uma rígida regulamentação da linguagem partidária” e um “pensamento militar-autoritário-maniqueísta” cuja “lógica de argumentação” era “simples, atraente e

convincente”: “Ou pela socialização forçada dos meios de produção ou pela restauração da economia privada.” E, “quanto mais soberana é a concepção maniqueísta, tanto mais inevitável é a simplificação, a esquematização e a vulgarização”.¹ Foi esse o marxismo que marcou a reformulação do PCB e chegou a Prestes: uma vulgata dogmática, mecanicista e eivada de subjetivismo.

A proletarianização

A intervenção da IC no Brasil para “proletarizar” o PCB foi desastrosa, dando início a uma das fases mais difíceis da vida do partido. Organicamente, o PC foi desmantelado. Os secretários-gerais eleitos, de origem operária, transformaram-se em caricaturas. Aqueles que nada tinham que ver com uma origem operária inventaram-na. Fernando Lacerda, irmão de Maurício de Lacerda, era médico, filho de tradicional família de Vassouras. Sua mulher, Ciga, batizou-se operária por ter um avô fazendeiro — que ela transformou em “camponês” e herdou-lhe a origem, da mesma forma que Fernando Lacerda, por ser seu marido. Estabeleceu-se também que qualquer pessoa da rua, desde que fosse pobre, tinha direito a participar e a votar nas reuniões do partido e, pode parecer mentira, alguns mendigos foram convidados a tomar parte de reuniões partidárias, com direito a voto.

Enquanto tudo isso se passava, organizava-se, no final de 1929, a Aliança Liberal, para apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, empolgando os setores progressistas da sociedade e, inclusive, muitos comunistas. O PCB, mesmo denunciando o processo eleitoral, participou dele com candidatos próprios — por meio do BOC, que ainda existia. Sofreu uma esmagadora derrota: no Rio, onde votaram 59.478 eleitores, Minervino de Oliveira, candidato do PCB à presidência, recebeu 534 votos.

Quanto à Revolução de 1930, a direção declarou tratar-se de luta entre dois imperialismos, o norte-americano e o inglês, e que não tinha nada que ver com ela — o que não passava de uma primária simplificação das

contradições do imperialismo. No dia 27 de julho de 1930, *A Classe Operária* dizia ser preciso uma luta revolucionária tanto contra Washington Luís quanto contra a Aliança Liberal, isto é, contra os banqueiros de Londres e os de Nova York.

Em fevereiro daquele ano, a IC havia elaborado uma “Resolução sobre a questão brasileira”, em que considerava existir uma grave crise econômica no país, a qual criava as condições para amplo movimento revolucionário. Em função disso, ordenou a dissolução do BOC e determinou que a principal tarefa fosse formar sovietes de operários, camponeses, soldados e marinheiros e apoiar a “secessão de negros e índios”. Tal posição acabou com a pouca ligação política que o PC mantinha com a sociedade. Passou-se a viver um delírio de caça aos não-proletários, aos defensores do BOC e da aliança com os tenentes, considerados quadros de direita; foi um verdadeiro processo de autodestruição. Buscavam-se “operários autênticos”, cujas marcas distintivas pareciam ser as roupas sujas, rotas, e o falar errado.

Era essa a situação do PCB quando foram divulgados os manifestos de Prestes, cujas posições passavam a se assemelhar cada vez mais às dos comunistas. Mas o partido via no “prestismo” a encarnação dos desvios pequeno-burgueses que era preciso exorcizar e, quanto mais Prestes elogiava o PCB, mais era chamado de caudilho pequeno-burguês, com pretensões de dirigir a revolução brasileira. Prestes e o “prestismo” chegaram a ser cunhados de social-fascismo brasileiro. Apesar das posições do PCB, Prestes, que já mantinha contatos com a IC, foi convidado para ir trabalhar como engenheiro em Moscou e, em outubro de 1931, seguiu com a família para lá.

Em meados de 1932, o processo de proletarianização já punha em risco a própria existência do partido. Diante desse perigo, a IC resolveu interferir outra vez. Seu SSA (Secretariado Sul-Americano), com sede em Buenos Aires, enviou ao Brasil Paulino González Alberdi (Flores), argentino de origem espanhola que, com o apoio dos líderes sindicais Mário Grazini e Roberto Morena, começou a tentar reestruturar a direção partidária.

Aquele foi um ano de muitas greves, que chegaram a organizar cerca de 200 mil trabalhadores. Os comunistas participaram ativamente delas, sob a liderança de Morena, Grazini e João da Costa Pimenta. Entre as reivindicações operárias — principalmente de aumento salarial, lei de férias e melhoria das condições de trabalho —, constava a de constitucionalização, palavra de ordem que empolgava São Paulo e que não tardaria a ser a bandeira da guerra civil. Apesar das prisões efetuadas em São Paulo, o partido disputou as eleições para a Assembléia Constituinte, sob a sigla UOCB (União Operária e Camponesa do Brasil). Álvaro Ventura, estivador, suplente de um dos quatro representantes classistas de Santa Catarina, chegou a assumir.

Foi na Ilha Grande, no final de 1932, pouco antes de serem soltos os membros do partido presos pelas greves, que surgiu em cena Antônio Manuel Bonfim, o “Miranda”. Miranda tinha sido preso na Bahia e havia conseguido fugir ao ser deportado. Logo procurou contato com Prestes e chegou a participar da Liga de Ação Revolucionária, fundada pelo Cavaleiro da Esperança em julho de 1930. Preso outra vez e mandado para a Ilha Grande, Miranda fugiu de novo e voltaria à cena em meados de 1933, como figura de proa na reconstrução do partido. Para tal reconstrução o SSA enviou ao Brasil, no início de 1933, uma delegação que deveria organizar cursos para a formação de quadros e para avaliar quais os que poderiam compor uma nova direção. Organizaram-se duas turmas; em uma, sobressaiu-se Miranda; na outra, Lauro Reginaldo da Rocha, “Bangu”, militante do partido no Rio Grande do Norte.

O fascismo vinha crescendo no mundo e empolgando aqueles que viam o capitalismo de livre-concorrência esfacelar-se com a quebra da bolsa de Nova York. Atraía, com seu discurso nacionalista-revanchista e falsamente anticapitalista, setores sociais politicamente atrasados e angustiados pela catástrofe provocada pela grande crise do período entre guerras. Os governos “fortes” pareciam a melhor saída para a crise. Mussolini era dado como exemplo e em breve Hitler chegaria ao poder na Alemanha, prometendo ao país a glória da dominação do mundo até o final dos

séculos. As “democracias” ocidentais viam os dois com muito bons olhos e muitas vezes os citavam como exemplos a ser seguidos. Num ponto estavam certos: o nazifascismo era um grande aliado contra o comunismo. No Brasil, com uma cultura política autoritária e excludente, havia terreno fértil para a direita extremada. Em outubro de 1932 formou-se a AIB (Ação Integralista Brasileira), dirigida por Plínio Salgado, que macaqueava o fascismo italiano.

Mudanças na direção

Em julho de 1933, a direção do PCB, já reformulada, contava entre seus membros, além de Bangu e Miranda, Honório de Freitas Guimarães, Mário Grazzini, Corifeu de Azevedo Marques, José Medina, Heitor F. Lima, Barreto, Adelino Deícola dos Santos (Tampinha) e Fernando Lacerda. O primeiro número do *Boletim Interno*, órgão do comitê central, também de julho de 1933, mostrou a disposição para mudar os rumos do partido. O jornal fazia críticas à política de proletarização e falava da importância de uma política de frente única. No entanto, quando em janeiro de 1934 a Liga Comunista pediu a formação de uma frente única antifascista em São Paulo — formalizada em junho com a adesão de todos os grupos de esquerda —, o PCB negou-se a participar, coerente com a dogmática e negativa apreciação que fazia sobre os componentes da frente. Mas começaram a ser criados pequenos comitês para a luta contra a guerra, a reação e o fascismo, e a frente única foi imposta à direção no final de 1934, quando o acirramento das lutas de rua contra os integralistas levou a que os militantes de base se unissem aos grupos antifascistas.

Um exemplo da incapacidade daquele grupo dirigente para traçar uma linha política de alianças coerente foi que, quando aderiu à frente, forçado pelas circunstâncias e pela militância partidária, passou a considerar democratas os elementos que até então classificara como “policiais”, “fascistas”, “lacaio do imperialismo”. Mudava radicalmente de posição sem a menor autocrítica, o que passaria a ser comum na vida partidária. Por

outro lado, ao engajar-se na luta democrática em frente única, o partido não considerou as diretivas da IC. O PCB apoiou a ampla frente antifascista e democrática antes que mudassem as posições da Internacional, no VII Congresso da organização. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que o comitê central de meados de 1933 passou a insistir na preparação da luta armada.

Em janeiro de 1934, por doença de Bangu, Miranda substituiu-o na secretaria geral. A direção ficou assim constituída: Miranda, secretário-geral; Bangu, secretário de agitação e propaganda; Honório, de organização; Mário Grazini, sindical. José Medina, H. Ferreira Lima e Corifeu de Azevedo Marques faziam parte da secretaria sindical e Fernando de Lacerda e Adelino Deícola dos Santos trabalhavam junto à direção. O comando de Miranda destacou-se pelo incrível "baluartismo", como designa a gíria partidária a hipervalorização de qualquer acontecimento. Considerando que a luta armada estava na ordem do dia, via as greves operárias como fruto de uma situação revolucionária, o cangaço como atividade guerrilheira, qualquer descontentamento nos quartéis como a hegemonia dos comunistas nos meios militares.

Em julho de 1934, o PCB realizou uma Conferência Nacional, cujo manifesto antecipava os acontecimentos de novembro de 1935. Os comunistas faziam seguidos apelos à luta armada sem iniciar qualquer preparação concreta para ela. A conferência escolheu seus representantes no VII Congresso da IC, que deveria realizar-se em novembro: Miranda, Bangu, Caetano Machado, Elias da Silva (André) e Fernando Lacerda (que vivia na URSS). Entre agosto e setembro de 1934, a delegação seguiu para Moscou.

O aumento da ofensiva integralista e da repressão do governo ao movimento popular e, acima de tudo, os entendimentos para a formação da frente de mobilização democrática, dando novos contornos à ação partidária, abriram uma nova etapa na vida do PCB, embora sua resistência para trabalhar em conjunto com outras forças de esquerda só fosse vencida aos poucos e com dificuldade.

Nesse período, o trabalho do partido nas Forças Armadas — conhecido como "antimil" — foi intenso. Parte dos militares, que havia sido a vanguarda do movimento de 1930, sentia-se traída pelos rumos tomados pela Revolução. Além do mais, o prestígio que os tenentes tiveram junto ao governo fora muito reduzido depois do movimento constitucionalista de São Paulo, e da liderança que Góis Monteiro assumira junto aos tenentes. A 1º de agosto de 1934, poucos dias depois de Getúlio ser eleito presidente constitucional do país, a Conferência Nacional do PCB lançou um manifesto chamando à insurreição armada. Mais tarde, uma nota da Comissão Executiva pretendia "desmascarar implacavelmente" o Parlamento burguês e afirmava que "a participação das massas no poder através do Parlamento não passa de uma comédia monstruosa".

No final do mês tentou-se realizar um Congresso Nacional Contra a Guerra, o Fascismo e a Reação, que foi impedido pela polícia. Em 4 de outubro, os grupos antifascistas, incluindo a militância comunista, organizaram-se para impedir a comemoração dos dois anos da AIB, em ação que ficou conhecida como a Batalha da Praça da Sé. No embate, em que a polícia defendia os camisas-verdes, houve seis mortos e 34 feridos. Quando, no dia 11, o *Jornal do Povo* publicou um Manifesto-Programa da União Operária e Camponesa do Brasil, o PCB assinou o manifesto, juntamente com o Partido Socialista Proletário do Brasil, a Liga Comunista Internacional, a esquerda do Partido Socialista Brasileiro e o Partido Proletário. Apesar do sectarismo a que levava seguir as orientações da IC, no momento em que se organizou no país um grande movimento antifascista com forte participação operária, o PCB deixou de lado suas exigências de hegemonia preestabelecida para aderir à frente.

EM MOSCOU

Enquanto no Brasil a frente única se organizava, a delegação brasileira seguia para Moscou a fim de participar do VII Congresso da IC. Com o congresso adiado, e para aproveitar a estada na capital soviética dos dele-

gados latino-americanos, organizou-se um encontro deles, chamado de III Conferência dos Partidos Comunistas da América Meridional e do Caribe. Na ocasião, a delegação brasileira reuniu-se várias vezes com Dimitri Manuiski para discutir a situação política do país, e Luiz Carlos Prestes esteve presente em todas elas. O entusiasmo com os informes mirabolantes de Miranda acabou convencendo os participantes de que havia realmente uma situação revolucionária no país e que o PCB, com bases ativas em todo o território nacional, estava pronto a dirigi-la. Foi então que Prestes praticamente exigiu sua volta ao Brasil e que a IC resolveu ajudar o movimento revolucionário brasileiro, com a mudança do Secretariado Sul-Americano para o Rio, o envio de assessores da IC e de dinheiro para financiá-los. Não era a primeira vez que para cá vinham assessores da IC, já o vimos.

Arthur Ernst Ewert — Harry Berger — veio como assessor do partido, “com a recomendação de não intervir em seus assuntos internos. Simplesmente responder às consultas da direção”, contou Prestes. Ewert e sua mulher Elise eram alemães. Ele fora um quadro destacado do PCA (Partido Comunista da Alemanha) e da IC, mas caiu em desgraça por divergências com a linha de seu partido. Estivera na China, país que, como o Brasil, a IC considerava na mesma categoria de semicolônia do imperialismo. Rodolfo Guioldi, um dos dirigentes do PC Argentino, era um quadro da direção da Internacional na América Latina, o mais categorizado na hierarquia da IC de todos os que vieram para o Brasil. Léon-Jules Vallée e a mulher eram um casal russo, que se passava por belga. Valée era o responsável pelo dinheiro. Franz Paul Gruber e sua mulher, Erika, eram alemães, encarregados de segurança e transporte. Tudo indica que os dois eram agentes duplos. Victor Allen Barron, norte-americano, era técnico em comunicações, encarregado de montar uma rede radiotransmissora que pudesse atingir Moscou.

Os encontros de Moscou passaram a ser considerados determinantes das insurreições de novembro de 1935, uma vez que a IC teria ordenado a insurreição nessa ocasião. Hoje, de posse das atas taquigráficas dessas

reuniões, fica evidente que em nenhum momento a IC sequer sugeriu um movimento armado no Brasil: ao contrário, chamou a atenção para as deficiências do PCB, que considerou ainda grandes. A verdade é que, bem antes de a delegação do PCB chegar a Moscou, Prestes já havia decidido voltar ao Brasil. A IC foi contrária à idéia, mas Prestes não cedeu: “Eu achava que no Brasil tinha que se travar a luta armada, porque havia força militar para isso. Tínhamos influência nas Forças Armadas e era o que devíamos fazer. *E essa era a minha opinião pessoal.*”

A ANL

Em fins de 1934 intensificaram-se as greves e confrontos com os integralistas, o que serviu de pretexto ao governo de Vargas para tentar aprovar no Congresso a Lei de Segurança Nacional. A oposição à Lei Monstro foi grande. Do lado das forças democráticas, a unidade se fortalecia, e essa unidade, cuja hegemonia cabia a um grupo de tenentes, foi que levou à formação da ALN (Aliança Nacional Libertadora). Roberto Sisson, oficial de Marinha e dirigente da ANL, declarou-se — e aos tenentes que com ele criaram a ANL — um nacional-libertador que lutava pela “defesa antiimperialista do Brasil”, jamais com o objetivo de aqui implantar o comunismo. Entre os “tenentes de esquerda” formara-se um forte sentimento nacionalista e antiimperialista e, por isso mesmo, também antilatifundiário e democrático. *Todos* os que assinaram o Manifesto-Programa da ANL, disse Sisson, eram tenentistas: a grande maioria, militar, e poucos dos chamados “tenentes civis”. A aliança era “uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a liberdade e a emancipação nacional e social do Brasil”. Afirmava seu caráter não partidário e dizia não almejar o poder.

O PCB não viu com bons olhos a formação da ANL, e foi claro: dava-lhe “apoio, não adesão — não adere e nunca aderirá à ANL”. Até o final de maio, o Partido procurou “desmascarar” alguns nomes de destaque da

ANL: “Nada de ilusões com os descarados e traidores. Nenhuma fé em elementos como o tenente Nemo Canabarro Lucas e o capitão Amorety Osório, que fazem demagogia popular e, ao mesmo tempo, combinam golpes armados para massacrar o povo”. A direção do partido considerava que a aliança surgira “num momento de descenso das lutas operárias” [sic] e que muitos dos elementos que compunham sua direção não passavam de “pequeno-burgueses sujeitos a vacilações” que, incapazes de compreender “o processo de desenvolvimento revolucionário do proletariado [...] vacilam e começam a querer conduzir a ANL pelo caminho do nacional-reformismo”. Só com a participação de Prestes, em junho daquele ano, o PCB aderiu a ela.

A influência de Prestes — aclamado presidente de honra da ANL — cresceu quando, em junho, o Cavaleiro da Esperança lançou a palavra de ordem de um GPNR (Governo Popular Nacional Revolucionário), palavra de ordem que preencheu o vazio sobre o poder do programa da ANL, e valorizou o papel da classe operária na revolução.

A situação política do país, que já era tensa, agravara-se nos meses de maio e junho de 1935, com agitação nas Forças Armadas pelo reajuste dos militares. Aumentava também a luta entre aliancistas e integralistas, com militares fazendo pronunciamentos políticos públicos. Conspirava-se abertamente contra o governo de Vargas. Mesmo não havendo no país uma situação revolucionária, o clima de esperanças no Exército — entre os “tenentes” — era muito forte, o que acabaria levando a um movimento de quartel. Ao mesmo tempo, a grande agitação popular levava a crer que o povo estava disposto a atender aos chamados à luta da ANL. Em junho, aumentou a ofensiva do governo contra ela e, no dia 26, O *Globo* publicou a descoberta de “um plano subversivo para a implantação imediata no Brasil de um regime soviético”.

Como já dissemos, a partir de junho, depois que Prestes lançou a palavra de ordem por um GPNR, o PC voltou sua atividade para a ANL. Considerava que, para alcançar o governo de soviets, seria preciso passar por uma etapa antiimperialista e que, *para essa etapa*, “a ANL torna-

se um verdadeiro instrumento da tomada do poder”. A ordem agora era trabalhar dentro da Aliança.

Prestes logo estabeleceu contatos com os tenentes, querendo reviver a coluna. Toda a sua correspondência com os antigos camaradas de luta vai nesse sentido:

Cada revolucionário, *principalmente cada membro da Coluna*, precisa organizar um grupo e começar a luta pelos interesses da massa pobre do campo. *A Coluna ressurgirá, multiplicada, e com um programa claro.*

Ele e os assessores da IC, Berger e Ghioldi, discutiram o manifesto que Prestes lançaria em 5 de julho. Ironicamente, a idéia de lançar as palavras de ordem “Todo poder à ANL!”, que ensejou o fechamento da organização, almejava o contrário: demonstrar que não se pretendia uma revolução socialista, mas a da ANL, nacional-libertadora. E foi esse o sentido de todo o discurso de Prestes, no 5 de julho de 1935: “Troam os canhões de Copacabana! Tombam os heróicos companheiros de Siqueira Campos! Levantam-se com Joaquim Távora os soldados de São Paulo. [...] Os levantes do Rio Grande do Sul! A Marcha da Coluna pelo interior de todo o país!”

E terminava:

Organizai vosso ódio contra os dominadores, transformando-o na força irresistível da revolução brasileira! Vós, que nada tendes a perder e a riqueza imensa do Brasil a ganhar! Arrancai o Brasil das mãos do imperialismo e de seus lacaios!

Todos à LUTA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DO BRASIL!

Abaixo o fascismo!

Por um Governo Popular Nacional Revolucionário!

TODO O PODER À ANL!”

No dia 11 a ANL foi fechada pelo governo, sem que houvesse maiores protestos populares, e só os comunistas e os tenentes que estavam dispostos a lutar pela revolução nacional-libertadora continuaram a atuar em seu nome.

OS LEVANTES

O PCB via na luta armada o único caminho para alcançar seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB — que se deu com a adesão de Prestes à ANL — reforçava o viés conspirativo que só fez fortalecer-se com o fechamento da entidade. A partir de julho de 1935 intensificou-se a correspondência de Prestes com seus antigos camaradas, convocando-os à luta para reviver a Coluna. No entanto, o início dos levantes nada teve que ver com uma diretiva partidária — e muito menos da IC.

As insurreições que ocorreram de 23 a 27 de novembro, em Natal, no Recife e no Rio de Janeiro tiveram motivações diferentes. No Rio Grande do Norte, as eleições estaduais de outubro de 1935 agitaram o estado, situação agravada pelo descontentamento dos militares devido à ordem de desencajamento de soldados, cabos e sargentos do Exército. O clima já era de grande agitação no quartel quando alguns soldados do 21º BC (Batalhão de Caçadores) foram expulsos como baderneiros. Foi a gota d'água. No dia 23, o sargento Quintino e o cabo Dias foram procurar a direção do PCB, ao qual eram filiados, para comunicar que o 21º iria se rebelar naquela noite. Os comunistas de Natal tinham recebido havia pouco tempo uma carta da direção nacional — já por motivo das agitações no estado — com ordens para não desencadear levantes, mas, devido à insistência dos militares, resolveram participar. À hora marcada, o quartel foi tomado sem resistência e sem a participação de nenhum oficial na revolta.

O movimento, sem planejamento, não teve a menor organização. Os comunistas, que acabaram por assumir a direção dele, nomearam um Comitê Popular Revolucionário que tentou dirigir as ações, à espera de que o restante do Brasil aderisse. O Comitê requisitou carros, armas, mantimentos, decretou o barateamento do pão, a gratuidade do bonde, e foi uma festa na cidade, com a queda de um governo impopular, alguns saques a lojas de roupas, mantimentos e ferragens, e a farra da distribuição de dinheiro que os rebeldes retiraram do Banco do Brasil, do Banco do Estado do Rio Grande do Norte e da Procuradoria de Rendas. O movi-

mento era visto pela maioria da população como obra dos partidários do ex-governador derrotado nas eleições, e apoiado por Getúlio, pelo general Rabelo, por Hercolino Cascardo (presidente da ANL que havia sido interventor no estado) e pelos que seguiam Prestes. Foi o único estado em que o movimento teve caráter popular, durou quase quatro dias e estendeu-se pelo interior, onde duas colunas iam pelas cidades substituindo os prefeitos da situação por partidários de Mário Câmara (que havia perdido as eleições), de Café Filho ou por aliancistas.

A resistência foi organizada por Dinarte Mariz, que, de Piancó, no interior, pediu reforços ao governo da Paraíba. No dia 27, depois de sérios combates, as tropas de Mariz entraram em Natal, já ocupada pela polícia paraibana. Os revoltosos, derrotados, deram ordem de debandar, mas foram todos presos, com exceção de José Praxedes (secretário do Comitê do PCB em Natal e presidente da Junta Revolucionária), que conseguiu escapar e viveu cerca de cinquenta anos na clandestinidade.

Em Pernambuco, o estado também estava agitado pelo movimento grevista na Estrada de Ferro Great Western, que abarcava todo o Nordeste. Os grevistas tinham a simpatia da população e o apoio inclusive de praças do 29º Batalhão de Caçadores. A situação levava a que o secretariado do Nordeste, direção regional do PC, sediado no Recife, considerasse estar vivendo uma situação pré-revolucionária, e quando soube, na própria noite do dia 23, da insurreição em Natal, resolveu levantar o BC. Para isso designou o tenente Lamartine Coutinho, que contou com a ajuda do também tenente Alberto Besouchet. Diferentemente de Natal, o quartel ofereceu forte resistência. Depois de dominado, os revoltosos começaram a distribuir armas, certos de que o povo iria aderir em massa à insurreição — o que não ocorreu. Além do mais, prenderam os oficiais nas salas de comando e esqueceram-se de desligar os telefones, o que fez com que os militares legalistas entrassem em contato com a 7ª Região Militar, também sediada em Recife, com a polícia e com quem mais pudessem contar.

Gregório Bezerra, sargento encarregado da mobilização do Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva, tomou sozinho o quartel-general da

7ª Região Militar, sendo ferido nesse ataque. Mesmo assim, continuou a luta até ser hospitalizado. Na segunda-feira 25, com a chegada de reforços, o movimento foi derrotado, e no dia 27 os chefes rebeldes já estavam todos presos, sendo feroz a repressão em Recife.

No Rio, a direção do PCB, Prestes e os assessores da IC não tinham a menor idéia do que se passava no Nordeste. No dia 23, quando se iniciava o levante em Natal, terminava no Rio uma reunião do CC, comitê central do partido, com representantes das direções estaduais — inclusive do Rio Grande do Norte —, e ninguém sabia nem suspeitava das rebeliões. A essa reunião compareceram Rodolfo Ghioldi e Harry Berguer, e foi nela que, por sugestão dos dois, Prestes foi eleito membro do CC do PCB.

Só no dia seguinte, 24, as notícias começaram a chegar, mas eram bastante vagas. Café Filho, deputado pelo Rio Grande do Norte, afirmou que o movimento em seu estado era antiintegralista e “resultado das arbitrariedades e violências praticadas pelo governo Rafael Fernandes”. Vargas enviou tropas ao Nordeste e pôs todas as unidades militares em rigorosa prontidão. Mas Prestes considerou que as rebeliões do Nordeste, apesar da precipitação, eram o início de um movimento revolucionário, e como achava que o partido tinha forças suficientes nos meios militares, decidiu pelo levante no Rio. O imprescindível, disse, era “apoiar os companheiros do Nordeste”, pois seria uma iniquidade abandoná-los à própria sorte. No dia 25 à noite, a insurreição foi marcada para a madrugada de 27 de novembro — pouco mais de 24 horas para se organizarem.

No 3º Regimento de Infantaria (3º RI), na Praia Vermelha, os rebeldes enfrentaram grande resistência, e quando ficaram donos da situação já estavam cercados pelas forças governistas. Na tomada do quartel, apesar da reação imediata dos oficiais legalistas, só houve dois mortos em combate. Todos os demais que morreram no 3º RI foram vítimas do bombardeio do governo, que visou especialmente o pavilhão de comando, onde se encontravam os prisioneiros.

Na Escola de Aviação Militar, onde havia vários oficiais comunistas, a luta foi ferrenha e os rebeldes conseguiram dominar a escola até o ama-

nhecer. A Vila Militar, cujo apoio era dado como certo, só se mobilizou para atacá-los.

Sem nenhuma participação popular, a revolta fracassou. Prestes, ao saber da derrota, convenceu-se de que era apenas um revés, de que a luta continuaria e seria vitoriosa.

Os levantes de novembro obedeceram às tradições de lutas armadas da sociedade brasileira, das lutas que vinham ocorrendo no Brasil desde 1922. A plataforma do movimento nada tinha de comunista, era nacional-libertadora, denunciava a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, lutava pela reforma agrária e pela democracia: por Pão, Terra e Liberdade. Mas, por mais justas que fossem as reivindicações da ANL e dos revoltosos, o caminho escolhido para atingi-las foi inadequado, dada a ausência de forças sociais e grupos armados, organizados e dispostos à luta. Nesse sentido, foi um grave erro de avaliação política, pelo qual os comunistas pagaram muito caro.

ANOS DE DERROTA

A derrota dos movimentos representou um sério golpe para o PCB, mas de início as avaliações do partido foram otimistas: tratava-se de uma derrota eventual e a luta iria prosseguir. Em dezembro, as prisões começaram a ficar muito próximas da direção partidária. Na primeira quinzena, dois participantes da direção foram presos e forneceram informações à polícia, inclusive pistas sobre Berger. Filinto Strubing Müller, o sinistro chefe de Polícia, iniciara uma brutal repressão, com a ajuda do Intelligence Service inglês e da Gestapo nazista. No dia 26 a polícia localizou Berger e Elise, a cujas prisões Olga Benário assistiu casualmente, tendo tempo de correr para casa e avisar o marido. Berger enlouqueceu em consequência das selvagens torturas que sofreu pela polícia varguista.

Na manhã de 13 de janeiro de 1936, nova e importante queda — a do secretário-geral, Miranda. Em 24 de janeiro foram presos Ghioldi e a

mulher, o que levou a polícia à casa de Baron — que foi torturado até a morte sem nada falar — e ao Méier, batendo em casa por casa atrás de Prestes. Finalmente, no dia 5 de março, Luiz Carlos Prestes e Olga Benário foram presos. A prisão do Cavaleiro da Esperança encerrou o último ato da saga dos tenentes na vida política do país. O grande general da Coluna Invicta fora derrotado.

Em setembro de 1936, o governo brasileiro entregou Olga Benário e Elise Berger à Alemanha nazista, onde foram assassinadas num campo de concentração. Olga estava grávida de sete meses da filha de Prestes. Esses fatos dão bem a medida da truculência do governo.

Depois da prisão de Miranda, em janeiro de 1936, começara intensa atividade epistolar entre Prestes e o SN — secretariado nacional do PCB —, que passou a ouvir o Cavaleiro da Esperança antes de tomar qualquer decisão. Segundo Honório de Freitas Guimarães, responsável pelo setor de organização, o SN se transformara numa “comissão de realização”. Para o trabalho do dia-a-dia, Prestes aconselhava que se aproveitasse a carestia de vida para reorganizar comitês de bairro e núcleos da ANL. Sobre uma tática mais geral, ainda considerando que a derrota sofrida seria rapidamente superada, as esperanças voltaram-se para o Nordeste, de onde vinham notícias da atuação de grupos guerrilheiros. Prestes recomendava a organização e o reforço desses grupos e para isso enviou trinta contos de réis. Numa de suas cartas ao SN, dizia que “seria bom preparar, com tal base financeira, todo um plano de trabalho, visando ao recrutamento de pelo menos cinquenta bons lutadores, que possam ser encaminhados ao Nordeste”. Os “guerrilheiros”, em quem tantas esperanças foram depositadas, não passavam de grupos de bandoleiros, que em nome da ANL tiravam dinheiro de fazendeiros simpatizantes e se acoitavam em suas fazendas, saindo para matar e roubar. Na ocasião em que Prestes dava orientações para a guerrilha, todo o grupo já havia sido preso, num lamentável episódio de assassinato e delação.

Com a prisão de Prestes, o secretariado nacional — que, com exceção de Miranda, conseguira manter-se ileso — mudou-se para o Recife, voltou

ao Rio, transferiu-se para São Paulo, retornou ao Rio. Acuado pela repressão, o SN viu-se isolado do partido, que começou a rearticular-se gradualmente, com mínimas ligações com a direção nacional, dando margem a várias interpretações da situação, várias propostas de ação e a fracionismos. Apesar das andanças pelos estados, da luta pela sobrevivência e do isolamento do partido, foi um período de reflexão política. A prioridade da luta eram a anistia aos presos políticos, a oposição a Getúlio nas eleições previstas para início de 1938 e, principalmente, a mudança do caráter da revolução brasileira. Apreciando agora a derrota de novembro como resultado de um erro estratégico, e sem nenhuma autocrítica mais profunda sobre as causas que originaram tal erro, o SN passou a defender uma revolução democrático-burguesa que fortalecesse e ampliasse o capitalismo, tendo a burguesia nacional como protagonista dessa revolução. Nessa época, o partido adotou o conceito de burguesia nacional e chegou a afirmar, no nº 26 de *A Classe Operária*, de dezembro de 1936, que “a dominação imperialista não só mantém a burguesia nacional oprimida, como agrava ainda mais as condições de vida do proletariado e de todo o povo”. E, no nº 208, de 2 de fevereiro de 1937, desenvolveu este novo dogma:

É indiscutível que o proletariado, para sua libertação, deve facilitar a vitória da burguesia para que essa possa romper os entraves que impossibilitam o seu desenvolvimento e dessa maneira ajudar a própria libertação do proletariado. [...] O caráter da revolução brasileira é *democrático-burguês*. [...] A derrota de novembro de 1935 foi em grande parte motivada porque compreendemos com grande atraso esse erro de tendência trotskista, esquerdista. Havíamos durante tanto tempo falado em governo operário e camponês, governo soviético, que a burguesia nacional e os grandes setores da pequena burguesia e do proletariado que a seguem ainda custaram a acreditar na nossa sinceridade quando passamos a apoiar a ANL em sua luta por um Governo Popular Nacional Revolucionário de programa democrático-burguês e antiimperialista. [...] A vitória da revolução burguesa, justamente pelo fato de não estarmos na França de 1789, mas sim

no Brasil semicolônia de 1937, não será somente uma vitória da burguesia nacional [...] mas sim a vitória do bloco de classes que a levará a termo NOS QUADROS DA DEMOCRACIA BURGUESA, com a liquidação indispensável da dominação imperialista.

Em novembro de 1937, a decretação do Estado Novo aumentou a onda de repressão, que dificultou ainda mais o trabalho clandestino. Apesar disso, o ano de 1938 foi marcante para o PCB, não só pelas expulsões que dividiram o partido e pelo início dos contatos da direção com Prestes dentro da prisão mas também e principalmente pelo surgimento das palavras de ordem “União Nacional pela Paz e Democracia”.

A conferência regional de São Paulo havia expulsado Hermínio Sachetta, Hélio Manna e Heitor Ferreira Lima, que instalaram um CC provisório na capital paulista, iniciando uma série de publicações contra o grupo de Bangu. Em resposta, a direção nacional publicou “Autópsia de uma traição”, qualificando-os de “traidores” e “trotskistas”, o pior anátema da época. A divisão atingiu outros estados, e a autoridade da direção nacional era muito contestada. Os dois grupos principais que se opunham tentaram o aval de Moscou, mas foi Bangu que o conseguiu. Em maio de 1938, a IC declarou seu apoio a ele, pois não só representava a direção eleita em 1934, como o grupo paulista era acusado de trotskista.

A correspondência de Prestes com a direção nacional era dirigida a Bangu, e parece que se dava por intermédio de Gilda, ligada a alguém dentro da prisão; esta entrava em contato com Abóbora, ligado a ela, e a Bangu. A idéia da política de União Nacional, proposta pela direção do partido, se inicialmente não empolgou muito a Prestes, este não tardaria a adotá-la e defendê-la. De qualquer forma, é no início dos contatos entre eles que surge a nova posição do partido.²

Em maio, logo depois do *putsch* integralista, os comunistas presos elaboram um manifesto de apoio a Vargas, contra os camisas-verdes. Congratularam-se com a “nação brasileira” na pessoa do presidente “pelo esmagamento da bárbara intentona integralista de 11 de maio”, num

momento em que o país estava com a “ameaça terrível do assalto armado e da conquista, por parte de certas potências expansionistas e agressivas”. Diziam estar de total acordo com a declaração de Getúlio sobre a necessidade de “uma nova ordem” e se declaravam ao lado do governo na luta contra o integralismo, seus mentores estrangeiros e sequazes. Assinavam a carta Agildo Barata, que a redigiu, e mais 12 oficiais que participaram do levante no 3º RI e na Escola de Aviação: Agliberto Vieira de Azevedo, Álvaro Francisco de Souza, Sócrates Gonçalves da Silva, David Medeiros Filho, Benedito de Carvalho, Francisco Antônio Leivas Otero, José Gutman, Soveral Ferreira de Souza, Raul Pedroso, Humberto Baena de Moraes Rego e Ivã Ramos Ribeiro.

É difícil entender tal posição dos revolucionários de novembro de 1935. A falta de cultura política, o isolamento na prisão e a ausência de experiência de lutas verdadeiramente populares levaram, como sugere Marek, a uma absorção dogmática do marxismo e à produção do raciocínio maniqueísta, mesmo que globalmente correto: já que a guerra era uma ameaça real do fascismo, todos os que lutassem contra ele ou que fossem suas vítimas deviam ser apoiados. Logo, se os integralistas atacaram Vargas, era preciso apoiar Vargas sem restrições. No entanto, havia grande diferença entre continuar a luta contra o fascismo, como o PCB fazia desde o início da década, e lutar contra o fascismo passando pelo apoio a Vargas.

Prestes não escapou a esse raciocínio dicotômico de absolutização de categorias identificadas religiosamente entre o bem e o mal. Foi no final desse mesmo ano de 1938 que expôs a Severo Fournier, integralista preso em função do golpe de maio, a idéia de uma grande frente democrática. Falou da necessidade de união de todos os brasileiros para apoiar a democracia, o nacionalismo, o bem-estar do povo, e disse que até Vargas poderia ser apoiado se apresentasse tal programa. Começara uma nova fase para o PCB — de apoio a Vargas — desde a entrada do Brasil na guerra, e até de boa vontade com o Estado Novo. Prestes, por exemplo, da prisão, no início de 1944, escreveu “Comentários a um documento aliancista, aparecido nos últimos meses de 1943”, considerando o documento

“esquerdista e sectário, prejudicial à efetivação da desejada e imprescindível unidade nacional e, portanto, aos mais sagrados interesses do nosso povo”. Por ter entrado na guerra, o governo de Getúlio tornara-se aliado e podia participar da unidade nacional. Prestes reavaliava o Estado Novo:

Não me parece justo o combate ao Estado Novo num apelo como este à Unidade nacional. Não poderão, por acaso, formar ao nosso lado na luta contra o nazismo, todos aqueles que, por ignorância ou mesmo por interesse de classe, julgam necessários às condições específicas do Brasil os preceitos fundamentais da Carta de 1937? [...] Se ainda não chegamos à unidade nacional, não é isso devido principalmente ao governo, nem muito menos a seu chefe, como se diz nesse documento, mas antes e fundamentalmente à incapacidade dos aliados de unir e organizar forças a fim de mobilizar as massas em apoio à política de guerra do governo.³

Ainda em 1938, o PC lançou as revistas *Diretrizes e Problemas* (cujo título o PCB voltaria a usar no final dos anos 1940). Os que faziam oposição ao grupo de Bangu editaram *Cultura: Mensário Democrático*, que tinha Graciliano Ramos como um dos diretores.

O ano de 1939 e o início de 1940 foram períodos de denúncia do nazifascismo e de luta pela União Nacional contra o imperialismo e a guerra, como também pela entrada do Brasil no conflito mundial e por uma Constituição democrática. Mas os tempos eram sombrios e os nazistas pareciam fortes o suficiente para dominar o mundo. Em 1940, a França foi ocupada. No Brasil, Getúlio fez um discurso no couraçado *Minas Gerais*, demonstrando simpatias por Hitler. Nesse mesmo mês de maio, toda a direção do PCB foi presa, ocasião em que escreveram informes autobiográficos contando suas atividades, inclusive — e com detalhes — a morte de Elza Fernandes, a mulher de Miranda, que fora considerada agente da polícia e, por isso, morta.

A queda da direção nacional fez com que os comitês regionais que haviam sobrevivido se organizassem independentemente de qualquer

centro. Dois comitês se destacaram nesse período: o de São Paulo, dividido por um grupo em oposição à direção nacional e que contava com muitos comunistas ativos e boa parte de intelectuais (esse grupo chegou a editar *A Classe Operária*, paralelamente ao mesmo jornal da direção oficial), e o de Salvador, com um grupo de estudantes universitários — Armênio Guedes, João Falcão, Rui Facó, Diógenes de Arruda Câmara, Carlos Mariguella, o secundarista Mário Alves e Milton Caíres de Brito. Caíres de Brito, Armênio e Arruda logo iriam para São Paulo, onde continuariam o trabalho de reorganização do partido.

Com a prisão da direção, parecia que o PCB havia desaparecido, e o grupo baiano ganhou importância. Não só estava organizado em Salvador como tinha elementos de seu grupo em São Paulo e também mantinha contatos em Buenos Aires com o SSA e com a IC. A revista *Seiva*, criada em dezembro de 1938, cujo segundo diretor foi Jacob Gorender, desempenhou importante papel na aglutinação dos comunistas, aliancistas e intelectuais democráticos.

No início de 1942, por pressão norte-americana e interna, Vargas viu-se forçado a mudar de lado e a apoiar os Aliados, principalmente depois do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães. Finalmente, em 31 de agosto, contra a opinião claramente expressa por Góis Monteiro e Gaspar Dutra, o Brasil rompeu relações com Alemanha e Itália. A luta pela entrada do Brasil na guerra deu novo alento ao movimento contra a ditadura do Estado Novo e diminuiu a repressão, apesar de as prisões de comunistas terem continuado. Entre fevereiro e março de 1942, começaram a surgir indícios de alguma abertura. Foi rompida, por exemplo, a incomunicabilidade de Prestes, que começou a receber a visita de seu amigo Orlando Leite Ribeiro e de Vargas.

Em Salvador, São Paulo e no Rio tentava-se reorganizar o partido. O chamado grupo baiano, com mais amplos contatos e o apoio de líderes da IC, realizou em abril, na capital argentina, uma conferência para a reorganização do PCB. Dela participaram Fernando Lacerda, Arruda Câmara,

João Falcão, Pedro Mota Lima, Rodolfo Ghioldi e Codovilla. Nessa reunião discutiu-se a palavra de ordem de “União nacional em torno de Vargas”.

Em julho a revista *Seiva* publicou o artigo “União nacional em defesa da pátria”, com imensa repercussão, e no Rio os estudantes planejaram uma passeata pró-Estados Unidos, proibida por Filinto Muller. Este foi desautorizado pelo ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha. Filinto declarou não aceitar as ordens do ministro, que mandou prendê-lo. Getúlio aceitou as demissões de Müller, Vasco Leitão, Francisco Campos e Lourival Fontes, diretor do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). O coronel Alcides Etchegoyen passou a ser o novo chefe de Polícia. A entrada do Brasil na guerra facilitou a luta contra a ditadura, e os comunistas aproveitaram o ascenso dos movimentos populares pela democracia na reorganização do PCB. Em agosto, os estudantes filiados à CNOP (Comissão Nacional de Organização Partidária) atacaram o Clube Germânia, na praia do Flamengo, que iria ser a sede da União Nacional dos Estudantes até 1964.

NOVA ORGANIZAÇÃO

No processo de reorganização do PCB, Jaime Graboys e Amarílio de Vasconcelos criaram no Rio a CNOP e entraram em contato com o grupo baiano de São Paulo — Arruda, Armênio Guedes, Caires de Brito, João Cunha, e ainda Osvaldo Peralva, Moisés Vinhas, João Amazonas e Pedro Pomar. Apesar de o comitê de Salvador, com o apoio dos baianos em outros estados, ser o mais forte, o grupo do Rio tinha a vantagem de viver na capital, contar com forte movimento estudantil e, principalmente, manter ligações com Prestes. Integrando os baianos e seus contatos internacionais, a CNOP tornou-se o mais forte núcleo de reorganização do partido.

Também para reorganizar o partido formara-se em São Paulo o Comitê de Ação, que fazia três críticas à CNOP. Em primeiro lugar, o apoio que

dava a Vargas. A revista *Continental*, dirigida por Armênio Guedes, pregava a união em torno de Vargas, sem restrições. Outra crítica era contra a pregação de atividades legais, pois considerava que o Estado Novo ainda não o permitia. Finalmente, achava que a CNOP não representava as tradições partidárias e, além do mais, nem todos apoiavam Prestes para a secretaria geral. Pedia ainda que a luta política não se limitasse a combater o fascismo externo, mas também o interno. Faziam parte do Comitê de Ação, entre outros, Caio Prado Júnior, Mário Schemberg, Tito Batini, Astrojildo Pereira, os irmãos Meireles, Manoel Batista Cavalcanti e Vitor Konder.

Além da CNOP e do Comitê de Ação, surgiu entre os membros do partido um grupo liquidacionista, que tinha como defensores o major Costa Leite e alguns exilados, como os irmãos Pedro e Paulo Motta Lima e Fernando Lacerda. Assim como a CNOP tinha como referência as posições de Getúlio diante da guerra, o apoio aos Aliados e, portanto, à URSS, os liquidacionistas consideravam que, com a aliança entre os Estados Unidos e a URSS, não havia mais conflitos ideológicos e de classe que justificassem a existência de um partido comunista. Tais posições tinham sua matriz no secretário-geral do PC dos Estados Unidos, Earl Browder, conhecidas como browderismo, e foram fortes a ponto de Prestes contar que chegou a simpatizar com elas.

Pelos motivos que já levantamos, em especial a afinidade de suas idéias com as de Prestes — pela união nacional e apoio a Vargas —, a CNOP teve o apoio oficial do Cavaleiro da Esperança, que exigiu, entretanto, a retirada do “incondicional” do apoio a Vargas, que os baianos propunham.

Desde o final dos anos 1930 Prestes apoiava a idéia de uma união nacional pela democracia. O que nem Prestes, nem a CNOP e o partido, no período da legalização e da legalidade do PCB, souberam foi combinar a palavra de ordem de união pela democracia com a organização da luta de classes, o que colocava a proposta democrática dos comunistas a reboque do bloco varguista. Apesar de todo o crescimento do partido, mais tarde, no período da legalidade, a fragilidade organizativa e ideológica

desse crescimento ficou demonstrada quando da cassação do registro do PC e dos mandatos de seus deputados, em 1947 e 1948, sem que houvesse resistência popular.

A CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA

O ano de 1943 começou com importante acontecimento para os comunistas: em 22 de maio, Stalin dissolveu a Internacional Comunista, querendo com isso demonstrar sua boa vontade com os aliados, além — e principalmente — de render-se ao fato de que a IC, privada por ele de seus elementos revolucionários, tinha esgotado suas possibilidades de ação.

Em junho, o general Rebelo, em viagem à Bahia, deu entrevista a Jacob Gorender, da revista *Seiva*, ocasião em que fez grandes críticas ao governo, fato inédito desde o início do Estado Novo.

Em agosto, finalmente, o esforço de reorganização do partido culminou com a realização da Conferência da Mantiqueira, em Barra do Piraí, de 27 a 29 de agosto, sendo considerada a II Conferência Nacional do PCB. A plataforma política da conferência confirmou os pontos pelos quais o partido já vinha lutando, ou seja, contra a carestia, pela melhoria de vida do povo, pela normalidade constitucional, pelo esforço de guerra, por uma política de união nacional. Sua inovação foi a de, ao incorporar Vargas e seu governo como aliados nessa luta, inverter a palavra de ordem de luta contra o nazifascismo para a de apoio a Vargas na luta contra o nazifascismo. A conferência elegeu Prestes como secretário-geral.

Moisés Vinhas, em seu livro *O Partidão*, elenca vinte nomes do novo CC eleito na Conferência da Mantiqueira, sem distinguir os efetivos dos suplentes. Eram os seguintes: Álvaro Ventura (estivador, SC); Amarílio Vasconcelos (jornalista, RJ); Celso Cabral, (trabalhador braçal, RJ); Dinarco Reis (ex-oficial da Aeronáutica, RJ); Diógenes Arruda Câmara (ex-funcionário do Ministério do Trabalho da Bahia); Francisco Gomes (construção civil, RJ); Ivã Ribeiro (ex-oficial da Aeronáutica, RJ); João

Amazonas (funcionário do Sindicato da Construção Civil, PA); José Medina Azevedo Filho (estivador, RJ); José Militão Soares (ex-militar, MG); Júlio César (ex-militar, RS); Leivas Otero (ex-militar do Exército, RS); Lindolfo Hill (construção civil, MG); Luiz Carlos Prestes (ex-militar, RS); Mário Alves (advogado e jornalista, BA); Maurício Grabois, (ex-oficial da Aeronáutica, RJ); Milton Caires de Brito (médico, BA); Pedro Pomar (ex-universitário, PA); Sérgio Holmes (construção civil, RS) e “Draga”, não identificado. Desses nomes, com certeza Armênio Guedes, Mário Alves e Dinarco Reis eram suplentes. Nota-se que, dos 19, são seis operários, seis profissionais liberais e sete militares.

Berenice Cavalcanti, em *Certezas e ilusões*,⁴ informa que eram 21 os membros do CC, acrescentando, aos mencionados por Vinhas, Agostinho Dias de Oliveira, Antônio Soares de Oliveira, Carlos Mariguella, Francisco Chaves, Jorge Herlein (ferroviário, PR), José Francisco de Oliveira e Simão Alves. Como suplentes — que seriam sete —, Armênio Guedes, Claudino José da Silva (carpinteiro e ferroviário, RJ), Francisco Gomes, Germano Silva, Iguatemi Ramos, Valdir Duarte e Vitorino Antunes. Abílio Fernandes (metalúrgico, RS) é citado por outros autores. De qualquer forma, todos estiveram na direção ou ligados às suas diferentes seções. Segundo Vinhas, a Comissão Executiva tinha cinco membros: Arruda, José Medina, Prestes, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Para Berenice, são os seguintes: na secretaria geral, até Prestes assumir, José Medina e logo depois Álvaro Ventura; Diógenes Arruda na secretaria de organização; Maurício Grabois na de agitação e propaganda, João Amazonas na sindical e de massas, Pedro Pomar na seção sindical, da qual faziam parte Milton Caires de Brito e Lindolfo Hill.

No dia 15 de março de 1944 O *Globo* publicou um manifesto de Prestes, escrito no ano anterior, em que o Cavaleiro da Esperança recomenda o apoio ao governo de Vargas contra o fascismo e pela redemocratização. E diz, repetindo palavras do SN de 1938: “Num país industrialmente atrasado como o nosso, a classe operária sofre muito menos da exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista.” Com

a guerra se aproximando do final, a partir dos últimos meses de 1944, os comunistas contribuíram decisivamente para a realização de congressos trabalhistas estaduais, e em abril de 1945 foi criado o MUT (Movimento Unificado dos Trabalhadores). Com a anistia, a 16 de abril, foram libertados os presos políticos, entre eles Luiz Carlos Prestes. O PCB saía da clandestinidade, o que já faz parte de outro período de sua história.

COMO CONCLUSÃO

Referimo-nos às bruscas mudanças de posição, sem explicações coerentes, numa construção discursiva sempre marcada pelo movimento pendular entre o bem e o mal. A cada vez que se mudava de posição, os informes sobre isso falavam de genéricos desvios ideológicos de esquerda e/ou de direita que era preciso combater. Alinhavam-se, quase contabilisticamente, erros e acertos que, sem nenhuma análise mais aprofundada, não passavam de adjetivações superficiais que substituíam “a análise concreta da situação concreta”. Além do mais, nunca se cobrou a responsabilidade individual pelos erros.

Não conseguindo entender e explicar um país já parcialmente industrializado, a caminho de nova etapa de industrialização, que mantinha a dependência do imperialismo, o partido perdeu-se: revolução socialista, burguesa, nacional libertadora? No período de que tratamos, de 14 anos, o PCB propôs várias estratégias. Chegou a 1929 com o projeto de dirigir politicamente uma terceira onda revolucionária, cujo braço armado seriam os tenentes revolucionários. Em meados de 1929, passou a propor um governo de exóticos conselhos de operários e camponeses, soldados e marinheiros; em meados de 1935, lutou por um governo popular nacional revolucionário, com Prestes à frente; nos anos de 1936 e 1937, a frente única contra o “provocador fascista Getúlio Vargas”; de 1938 a 1941, a união nacional contra a guerra e o fascismo, e finalmente, de 1942 a 1944, a união nacional em torno de Vargas. (Não demoraria muito tempo para que o Manifesto de Agosto de 1950 sofresse nova reviravolta.)

O PCB não soube construir uma cultura política própria, embasada na experiência de lutas junto ao movimento de massas. Os donos do poder, na sociedade brasileira autoritária, escravista, coronelista, estavam dispostos a tudo para não perder seus privilégios de classe, e não deixavam espaço para a atuação do movimento operário e sindical. Os movimentos sociais populares e a classe operária, quando se organizaram para lutar, foram brutalmente reprimidos — vejam-se os exemplos de Canudos, da Revolta da Chibata e da permanente repressão aos operários e suas organizações, quase sempre proibidas. Também a falta de tradição de organização partidária no Brasil pode ser vista como causa e efeito, ao mesmo tempo, da fraqueza estrutural das organizações operárias, que não passaram de pequenos grupos com vida efêmera. O PCB foi o único que vingou, resistindo a todos os ataques.

Depois de 1930, mesmo levando em conta as experiências e as tentativas de organização do movimento operário e sindical dos primeiros cinco anos da década, a classe operária estava sendo cooptada pelo paternalismo de Getúlio, o Pai dos Pobres, autor de uma inédita legislação trabalhista — um avanço, sem dúvida, se comparada com a República Velha, que a tratava como caso de polícia. A atuação e a pregação dos comunistas não tinha sucesso junto a essas massas, que não pareciam dispostas a arriscar o que vinha sendo outorgado por Vargas.

Os erros do PCB, nesse período, não foram pequenos. Mas os comunistas tiveram o imenso mérito de nunca desistir da luta pelas mais nobres causas, não só em benefício do povo brasileiro, mas de toda a humanidade.

Notas

1. Franz Marek, “Sobre a estrutura mental de Stalin”, em Eric Hobsbawm, *História do marxismo*, vol. 7, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 274-76.
2. Ver, por exemplo, o editorial “União Nacional Pela Democracia e Pela Paz” em *A Classe Operária*, ano XIII, n. 202, São Paulo, abril de 1938. Por outro lado, Bangu, em carta à IC, de junho de 1938, diz: “Domingos José — Pegamos ligação com

D. José [Prestes] com quem temos mantido correspondência (seguem cópias de suas cartas). Ele mantém-se ainda na orientação de 1935 com referência ao caráter da revolução, luta de guerrilha etc. Isso se explica pelo fato de que ele esteve tanto tempo isolado do PC e quase que do mundo. Como é natural, a nossa atitude para com ele tem sido, e será, de aceitar todas as opiniões justas (em alguns pontos ele tem razão) mas tentar convencê-lo, com toda *calma e paciência*, dos erros de 35 e de que a orientação atual não é uma simples questão de manobra em face de uma nova situação criada ou de uma nova correlação de forças, mas uma revisão na linha estratégica". Do Arquivo da Internacional Comunista, carta cedida à autora por Dainis Karepovs.

3. *Problemas atuais da democracia*, Rio de Janeiro, Editora Vitória, s/d, pp. 45-46.
4. Berenice Cavalcanti, *Certezas e ilusões. Os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro/EdUFF, 1986.

Bibliografia

- CARONE, Edgar. *O PCB — 1922-1943*, vol. 1. São Paulo: Difel, 1982.
- CAVALCANTI, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro/Niterói: Tempo Brasileiro/EdUFF/Proed, 1986.
- COSTA, Homero de O. *A insurreição comunista de 1935. Natal — O primeiro ato da tragédia*. São Paulo/Rio Grande do Norte: Ensaio/Cooperativa Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.
- . *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro/Niterói: Mauad/EdUFF, 2002.
- FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil, o imaginário popular — 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GOMES, Angela de C. (org.). *Velhos militantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- KAREPOVS, Dainis. *Luta subterrânea. O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2003.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. Marília/São Paulo: Unesp/Boitempo, 1999.
- MORAES, J. Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil — Os influxos teóricos*, vol. II. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- MORAES, J. Quartim de; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do Marxismo no Brasil — Visões do Brasil*, vol. IV. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

- PACHECO, Elieser. *O Partido Comunista Brasileiro — 1922-1964*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Companheiros e camaradas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRESTES, Anita L. *Tenentismo pós-30. Continuidade ou ruptura?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- . *Da insurreição armada (1935) à "União Nacional" (1938-1945). A virada tática na política do PCB*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- REIS FILHO, Daniel Aarão et. al. *História do marxismo no Brasil — O impacto das revoluções*, vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, M. *História do marxismo no Brasil — Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*, vol. V. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.
- VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935 — Sonho e Realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

A solidão de Pagu

Maria Lygia Quartim de Moraes

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP);
professora titular de Sociologia na Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp).

- . *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- . *Sobre o PT*. São Paulo: CHED, 1980.
- . *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. Organização de Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- . *Mundo, homem, arte em crise*. Organização de Aracy Amaral. São Paulo: Perspectiva, 1986.

A Frente Única Antifascista (1933-34)

Ricardo Figueiredo de Castro

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

7 de outubro de 1934: nesse dia, a Ação Integralista Brasileira (AIB) decidiu comemorar na praça da Sé, centro da cidade de São Paulo, seu segundo aniversário de fundação. O evento nem chegou a acontecer, pois uma intensa troca de tiros entre integralistas, antifascistas e policiais da Força Pública paulista dispersou rapidamente os militantes da AIB, vindos de várias cidades do interior do estado de São Paulo e de estados vizinhos. O saldo do confronto foi de cerca de dez vítimas, entre mortos e feridos. Um dos seus personagens, em livro de memórias sobre o evento, intitulou-o “batalha da praça da Sé”.¹ Esse episódio sangrento — praticamente ignorado pela historiografia da esquerda brasileira — concentrou um amplo leque de forças políticas e sociais que teve como referência a Frente Única Antifascista (FUA), criada no ano anterior, e inscreve-se no processo de radicalização política entre fascistas e antifascistas que, no Brasil, se inicia em 1933, amplia-se em 1934 e aprofunda-se nacionalmente em 1935, durante a existência da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Depois que ficou claro, no início dos anos 1920, que a revolução havia desaparecido do horizonte imediato do movimento comunista internacional, a Internacional Comunista (Comintern) passou a elaborar uma estratégia que levasse em conta o refluxo da onda revolucionária: a política de frente única, isto é, a união dos partidos e grupos de esquerda.

Ao longo dos anos 1920 e até meados dos anos 1930, a “frente única” recebeu diferentes interpretações. Em 1929, o X Pleno do Comitê Executivo do Comintern formulou a tese do “terceiro período”;² considerava que o capitalismo estaria passando por uma crise estrutural que se tradu-

ziria no acirramento da luta de classes e desencadearia uma guerra imperialista. O movimento operário deveria, pois, lutar para que essa crise capitalista não se transformasse numa guerra imperialista contra a União Soviética, mas sim numa guerra civil revolucionária e, por último, mas não menos importante, deveria evitar a ação maléfica da social-democracia. Esta se equipararia ao fascismo na capacidade de iludir o operariado em prol da manutenção da dominação burguesa, o chamado “social-fascismo”. Em suma, além de acusar a social-democracia de aliada dos fascistas, o Comintern recusava-se a integrar qualquer frente única da qual participassem outras organizações de esquerda.

Portanto, os comunistas aceitavam apenas a frente única com os militantes de outros grupos políticos, a chamada “frente única pela base”. Ainda assim, essa união com os militantes social-democratas era concebida como uma maneira de mostrar-lhes a verdadeira natureza “social-fascista” de seus partidos social-democratas. Essa interpretação sectária da política de frente única (“frente única pela base”), decorrente da tese do “terceiro período”, levou também a uma sectarização da política de quadros — a chamada “proletarização” — que legitimou expurgos em vários PCs, inclusive no Brasil. Vários intelectuais, entre os quais o grupo dirigente dos anos 1920 — Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Heitor Ferreira Lima — e os “pais fundadores” do movimento trotskista no Brasil, Mário Pedrosa e Lívio Xavier, foram expulsos ou forçados a abandonar o partido em decorrência dessa orientação que exigia que a maioria dos dirigentes das instâncias partidárias fosse composta por trabalhadores manuais.

A questão da frente única se tornou então, na primeira metade dos anos 1930, uma das principais questões a dividir o movimento comunista internacional entre “stalinistas” e Comintern, de um lado, e “trotskistas” e Oposição de Esquerda de outro.³ Esse confronto teórico-político durou, aproximadamente, até 1935, quando o Comintern passou a defender a política de “frente popular”.⁴

Os “trotskistas”, articulados em torno da liderança política e teórica de Leon Trotski, propunham a política de frente única de todas as organi-

zações operárias como forma de fazer frente ao fascismo e lutar pelo estabelecimento das bases objetivas e subjetivas da revolução socialista. Colocavam-se, pois, terminantemente contra a utilização do termo “social-fascismo”, assim como da orientação subjacente, apesar de considerar que a socialdemocracia era conservadora, não-revolucionária e “interessada principalmente em manter a estrutura democrática-parlamentar como a base estrutural para o seu socialismo”.⁵ Ainda assim, para Trotski, equipará-la ao fascismo seria um “absurdo teórico e conceitual e politicamente desastroso”.⁶

O ano de 1933, especialmente seu primeiro trimestre, foi sombrio para o movimento comunista internacional e a democracia européia. Na Alemanha, onde a tradição operária e revolucionária havia viabilizado a existência de um partido social-democrata e de um partido comunista fortes, o vácuo político deixado pela crise de 1929 e pela política sectária do Partido Comunista Alemão facilitou, de certo modo, a ascensão dos nazistas ao poder, em janeiro de 1933. As primeiras medidas tomadas por Hitler deixaram a sensação de que a paz mundial estava ameaçada, reforçada pela escalada do imperialismo japonês que, em 1931, iniciou a invasão e a conquista do território chinês.

No primeiro semestre de 1933, portanto, o fascismo tornava-se um problema internacional e nacional: já estava consolidado na Itália, os nazistas de Hitler acabavam de ascender ao poder na Alemanha e, aqui no Brasil, os integralistas de Plínio Salgado haviam fundado a Ação Integralista Brasileira (AIB), em outubro do ano anterior, e começavam a aparecer na vida política brasileira.

As origens da FUA devem ser buscadas, portanto, no início de 1933. Em janeiro, uma reunião da Comissão Executiva (CE) da Liga Comunista (LC)⁷ decidiu pela formação de uma frente única antifascista que unisse as esquerdas paulistas. Assim, entre fevereiro e junho de 1933, a LC e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo⁸ (PSB paulista), que havia aderido à proposta, dedicaram-se aos preparativos para a formação da frente.

Finalmente, após esse processo de maturação política, a FUA foi fundada no dia 25 de junho de 1933, em ato político transcorrido no salão da Legião Cívica 5 de Julho, na capital paulista. O dirigente do PSB paulista, o italiano Francesco Frola, foi escolhido para presidir a reunião que contou com a participação de várias organizações. Essa escolha certamente não foi casual. Frola foi um dos principais antifascistas de origem italiana que combateram a propaganda fascista que crescia, nos anos 1920, na colônia italiana paulista. Além disso, sua disposição em aliar-se aos comunistas numa política de “frente única” o tornou o principal articulador de uma frente única antifascista no interior do PSB paulista, do qual era um dos principais líderes. Finalmente, essa escolha estava relacionada à preocupação dos dirigentes da FUA em criar uma relação de continuidade histórica com o antifascismo italiano paulistano, reforçada pela adesão de sua fração mais à esquerda — PSI (Partido Socialista Italiano) etc. —, e em fortalecer o papel do PSB paulista na frente recém-instituída.

Participaram do evento fundador, além do PSB paulista, o Grêmio Universitário Socialista, a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), a Legião Cívica 5 de Julho, a Liga Comunista, a seção paulista do Partido Socialista Italiano, a Bandeira dos Dezoito, o Grupo Socialista Giacomo Matteotti, o Grupo Italia Libera, a revista *O Socialismo* e os jornais *O Homem Livre* e *A Rua*.

A revista *O Socialismo* era o periódico teórico do PSB paulista, dirigida por Francesco Frola, e o Grêmio Universitário Socialista, uma organização de estudantes universitários ligada ao PSB paulista, fundada em 15 de março de 1933, ou seja, pouco mais de três meses antes da FUA, na sede central do partido.

A UTG era um dos mais combativos sindicatos ligados às esquerdas. Era então hegemonizado pelos “trotskistas” da LC, que se valiam da importância política dessa categoria para potencializar sua política sindical na capital paulista. Cumpre lembrar que esse sindicato congregava todos os trabalhadores ligados ao setor gráfico, desde os que tinham funções fundamentalmente manuais, passando pelos que mesclavam trabalho

manual com intelectual, como os linotipistas, e incluindo até os que tinham uma função eminentemente intelectual, como os revisores e os jornalistas. Isso permitiu que os intelectuais “trotskistas” participassem desse sindicato e ganhassem a sua direção.⁹

A Legião Cívica 5 de Julho era uma organização tenentista surgida em 1931, durante o período de euforia política dos “tenentes”, sendo uma das “legiões revolucionárias” por eles criadas com a perspectiva de influenciar a política regional, dominada pelas oligarquias tradicionais. O jornal *A Rua* era ligado à esquerda tenentista, assim como a Bandeira dos 18, cujo nome era certamente uma homenagem aos “18 do Forte” que, em 1922, se tornaram mártires do movimento tenentista.

E, finalmente, havia os grupos da colônia italiana. O Partido Socialista Italiano (PSI) era representado pelos seus militantes que residiam em São Paulo e haviam fugido do fascismo. O Grupo Socialista Giacomo Matteotti e o Italia Libera eram organizações formadas por membros da comunidade italiana de São Paulo que já tinham uma militância antifascista que remontava aos anos 1920. O segundo grupo tinha um importante jornal antifascista, o *Italia Libera*. Essas duas organizações, mais a seção brasileira do PSI, mostram a relação existente entre a FUA e o movimento antifascista que a precedeu, mais restrito à comunidade imigrante italiana.¹⁰

O conjunto de fundadores e aderentes da FUA demonstra o amplo leque de forças que formava essa organização antifascista. O seu espectro político ia da esquerda tenentista, passando pelos socialistas brasileiros e italianos, e chegando aos “trotskistas”. Os anarquistas não aderiram formalmente, mas deram apoio político. A única força política importante de esquerda que não participou da fundação foi o Partido Comunista do Brasil (PCB). Essa ausência justifica-se pela posição política da seção brasileira da IC, que se recusava a participar de qualquer organização frentista e desprezava as outras correntes políticas da esquerda. Entretanto, em alguns momentos, sobretudo em fins de 1933, o comitê regional paulista do PCB participou da FUA, ainda que criticamente.

Durante toda a existência da FUA houve, pois, uma tensão permanente em relação à participação do PCB: buscava-se seu apoio, mas criticava-se sua política em relação ao fascismo. A LC compreendia a importância do apoio do PCB e, por isso, sempre o procurou para que tomasse parte da FUA. Na verdade, até o início de 1934, os "trotskistas" da LC se consideravam militantes comunistas que lutavam para levar o Comintern e suas seções nacionais para o "verdadeiro" caminho revolucionário, aquele baseado nos ideais de Lenin e nos quatro primeiros congressos do Comintern. Desse modo, ao propor a formação de uma frente única antifascista, eles queriam que esta se tornasse a política do PCB, e não que o partido ficasse isolado do processo.

Essa relação da FUA com o PCB era dificultada, ainda, pelo fato de este ter criado, na mesma conjuntura, o Comitê Antiguerreiro.¹¹ Esse exemplo de "frente única pela base" considerava o fascismo um problema que só tinha sentido se referido à luta contra a crise estrutural do capitalismo e sua inexorável guerra imperialista contra a União Soviética (URSS). O Comitê Antiguerreiro pretendia liderar todos os militantes da esquerda (socialdemocratas etc.) contra a guerra imperialista, a "reação" da direita contra as forças progressistas e, subsidiariamente, combater o fascismo. O Comitê Antiguerreiro era, portanto, um importante e forte concorrente da FUA em relação à questão da frente única e da luta antifascista.

Outra questão relativa à existência da FUA é que, com a exceção da Liga Comunista, nenhuma organização ou indivíduo participou de todos os seus eventos. Assim, apesar das tentativas da FUA de ampliar seu raio de ação, apenas grupos ou pessoas ligadas à esquerda paulista aderiram à frente, ainda assim de uma maneira não continuada.

Na verdade, a FUA era formada por um núcleo central composto pela Liga Comunista e pelo Partido Socialista Brasileiro de São Paulo, do qual participava o grupo de Francesco Frola. Em torno desse núcleo gravitavam os anarquistas, os antifascistas independentes e outros grupos de esquerda, como a Frente Negra Socialista, além do PCB. Desse modo, os indivíduos que aderiram à FUA eram basicamente aqueles que militavam nos

partidos que a compunham e os que trabalhavam junto a *O Homem Livre*. A FUA não recebia, ou pelo menos seu jornal oficial não noticiava, a adesão de cidadãos.

A imprensa não chegou a divulgar a FUA, embora mencionasse o aparecimento de *O Homem Livre*, como foi o caso dos jornais *O Estado de S. Paulo* e do fascista *Fanfulla*. Quanto às publicações das esquerdas, a revista *O Socialismo* chegou a publicar notícias sobre a fundação, os anarquistas publicaram folhetos apoiando a FUA e o PCB lançou, em algumas oportunidades, através principalmente do jornal *A Vanguarda Estudantil*, campanha difamatória contra a frente.

Cerca de dois meses antes da fundação da FUA, jornalistas do vespertino paulista *Diário da Noite* lançaram um jornal antifascista, *O Homem Livre*. Foram escolhidos o secretário de redação do *Correio da Tarde*, Geraldo Ferraz, para redator-chefe — pelo fato de não ser ligado a nenhuma organização política —, o advogado José Pérez para diretor-gerente e Mário Pedrosa para secretário. A primeira edição é datada de 27 de maio de 1933 e contou com artigos assinados, ou sob pseudônimos, de Mário Pedrosa, Goffredo Rosini e Miguel Macedo, entre outros.

As vicissitudes da edição de *O Homem Livre* nos ajudam a perceber as atribulações da existência da FUA. Nas cinco edições anteriores à fundação da FUA, o jornal teve apenas quatro páginas, isto é, era formado apenas por uma folha de papel-jornal. A quinta edição, a de 24 de junho, véspera da fundação da FUA, convocou os antifascistas para o evento do dia seguinte e anunciou que, a partir da edição seguinte, a sexta, *O Homem Livre* apresentaria "[...] novo formato, maior número de páginas e seleção mais apurada de matéria". Assim, durante apenas duas edições, a sexta e a sétima, o jornal teve duas folhas, isto é, oito páginas. As edições subsequentes, até a 13ª (2 de setembro de 1933), tiveram seis páginas e, a partir da décima quarta (12 de setembro de 1933), voltou a ter apenas quatro páginas.

A partir da décima edição (1º de agosto de 1933), os problemas aumentaram. O advogado José Pérez deixou o cargo de diretor-gerente do

jornal, o que certamente causou constrangimentos, pois nessa edição foi publicado na primeira página um anúncio do fato. Por outro lado, o crescimento de *O Homem Livre* foi seguido, logo depois, do início de seus problemas financeiros, o que está certamente relacionado ao papel do PSB paulista na FUA. Como já foi dito, o PSB paulista participou decisivamente dos trabalhos preparatórios de organização da FUA. Francesco Frola, um dos dirigentes do partido, foi um dos oradores do evento público em memória do militante antifascista italiano Giacomo Matteotti, ocorrido em 11 de junho, e durante o qual foi proposta, e aceita, a formação da frente única antifascista. Além disso, Frola presidiu o evento público no qual foi fundada a FUA, e o partido também publicou na primeira edição de seu jornal, *O Socialista*, uma manchete de capa sobre a fundação da FUA, bem como seu manifesto de fundação.

Portanto, a conjuntura do início dos problemas financeiros do jornal e a inatividade pela qual passou a FUA após o comício de 14 de julho, e que foi até meados de setembro, coincidiram com as mudanças enfrentadas pelo PSB paulista. O congresso partidário convocado para aquele mês não se realizou, muito provavelmente porque a situação do PSB paulista estava se deteriorando devido à iminência da saída do seu principal patrocinador, o interventor general Waldomiro Lima.

Na edição de 2 de setembro de 1933, *O Homem Livre* mencionou seus problemas de periodicidade e conclamou os leitores e simpatizantes a fazer uma lista de subscrição para arrecadação de fundos. Mesmo com todos esses problemas financeiros, o jornal da FUA tinha qualidades técnicas e editoriais. Sua diagramação era profissional, publicava charges oriundas de jornais estrangeiros, era ilustrado com gravuras do artista plástico Lívio Abramo, utilizava-se dos serviços de agências de notícias internacionais, tinha seções fixas sobre artes plásticas, cinema, economia, cultura, ciências. A qualidade do jornal deve-se certamente ao fato de ser produzido por jornalistas e gráficos profissionais, muitos dos quais ligados ao jornal *Diário da Noite*.

É sintomático que, já no seu primeiro editorial, *O Homem Livre* se preocupasse em defender a idéia de que o principal inimigo a ser combatido naquele momento era o fascismo. Isso porque não havia consenso entre as esquerdas em relação ao tema. Não devemos nos esquecer de que o PCB, além de criticar a FUA, tinha formado, como já mencionamos, uma organização concorrente, o Comitê Antiguerreiro. Portanto, o jornal *O Homem Livre*, que era hegemonizado pelos "trotskistas" da LC, que conheciam muito bem o PCB e sua importância para a luta antifascista, se preocupou, desde o início, em travar um combate propagandístico contra o fascismo em geral e os integralistas em particular, mas também — e não menos importante — em combater a posição do Comintern e do PCB de não se preocuparem em lutar diretamente contra os fascistas. Esse editorial caracteriza ainda historicamente o fascismo como reação à democracia e ao povo organizado, afirma que, para realizar sua "missão histórica", o "fascismo tem antes de tudo de realizar a tarefa primordial de dividir a maioria dos oprimidos", e que a base social do fascismo é composta "das classes médias, dos funcionários, dos empregados" e que, a partir dessa divisão inserida entre os oprimidos, passa a dirigir seus esforços para a destruição das organizações "das classes trabalhadoras", por meio da demagogia. Portanto, a luta ideológica, de contrapropaganda, era vital para o antifascismo.

Ao longo do editorial é apresentada ainda a orientação programática do periódico: "Lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo." Essa defesa dos ideais democráticos (progressistas), em contraposição ao fascismo (reacionário), esteve presente explícita ou implicitamente nos editoriais subsequentes.

O Homem Livre utilizava-se de três estratégias para desmistificar o papel do fascismo, tanto na Alemanha e na Itália quanto o de seu congênere brasileiro, a AIB.

Em primeiro lugar, mostrava a falsidade do discurso fascista, ou seja, a incompatibilidade entre o que o fascismo prometia e o que de fato realizava, e os meios de que se utilizava para obter determinados resultados.

Em segundo lugar, utilizavam-se do humor como forma de quebrar a “carapaça” simbólica criada pelos doutrinadores fascistas, que cultivavam a autoridade, a hierarquia, a organização, a militarização e a infalibilidade do chefe. O humor é iconoclasta e, contra uma doutrina que cultivava uma verdadeira paranóia pelos símbolos — uniformes, insígnias, festas —, é devastador. Foram publicadas várias charges oriundas de jornais estrangeiros, além de vários artigos que procuravam analisar, do ponto de vista satírico, quando não tragicômico, o fascismo e o integralismo. E, finalmente, a caracterização do fascismo como um movimento reacionário e obscurantista, de “ideologia medieval”, inimigo de todos os valores da democracia e da civilização ocidental, como a “liberdade” e a “humanidade”.

É interessante notar que, apesar da preocupação dos redatores e editores de *O Homem Livre* em desqualificar o fascismo e o “arremedo de fascismo no Brasil”, o integralismo, sempre procurava fazê-lo recorrendo a argumentos “racionais” e político-ideológicos.

É possível afirmar que *O Homem Livre* foi o principal instrumento de ação política da FUA, pois representou seu principal veículo de divulgação de propaganda antifascista. Além disso, *O Homem Livre* constituiu um dos espaços de sociabilidade da intelectualidade antifascista paulista do triênio 1933-35, na qual interagiram intelectuais antifascistas e progressistas (advogados, jornalistas, professores universitários) de várias tendências políticas (“stalinistas”, socialistas, “trotskistas”).

Além de *O Homem Livre*, o outro instrumento de ação política da FUA foram as suas poucas, mas conturbadas e violentas, manifestações públicas, em espaços fechados ou abertos. A maior e mais representativa, mas também a última, foi o confronto com os integralistas na praça da Sé. Os antifascistas percebiam a importância da propaganda e da conquista do espaço público para a política fascista. Desse modo, procuraram sempre preparar uma manifestação para o mesmo local e hora daquelas previstas pelos integralistas: os contracômícios. Estes faziam o mesmo. Os conflitos eram, pois, inevitáveis.

Podemos notar que, à medida que o segundo semestre de 1933 avançava, o integralismo se torna, nas páginas de *O Homem Livre*, uma ameaça direta às esquerdas. A partir de outubro, torna-se iminente um conflito entre a FUA e a AIB. Na 17ª edição, de 21 de outubro de 1933, o editorial demonstra grande preocupação com os integralistas: “A corja integralista ameaça! Antifascistas de pé! Pela organização imediata dos grupos de defesa.” Na mesma página há uma notícia de que o órgão da AIB paulista, *O Integralista*, publicara lista dos seus inimigos, entre os quais se incluía a FUA. Conclama então a FUA a se reunir para tomar medidas práticas. Apesar dessa constatação, e da necessidade de aumentar os esforços de publicação para fazer frente ao crescimento integralista em São Paulo, *O Homem Livre*, a partir dessa edição, passou a ser publicado quinzenalmente.

Nas últimas edições de 1933, a AIB seria duramente atacada e seu aspecto caricatural e demagógico, realçado. Os integralistas entenderam o recado e a importância de calar a FUA, tanto que intervieram em todas as suas manifestações públicas (em espaço aberto ou fechado), procurando intimidar seus integrantes.

Em novembro e dezembro de 1933, aconteceriam os maiores confrontos entre a FUA e a AIB. Em 14 de novembro, realizou-se um comício da FUA no Salão Celso Garcia, sede da Associação das Classes Laboriosas, que contou com a presença de cerca de mil participantes e sofreu a agressão de integralistas que tentaram acabar com o evento, sem sucesso. Após o fim do evento, a polícia perseguiu e prendeu vários dos participantes.

Já em 15 de dezembro, os integralistas marcaram um comício para a Lega Lombarda, mas os antifascistas agendaram um evento para o mesmo local e horário. A AIB desistiu de realizar a manifestação, mas a FUA confirmou e realizou a sua, apesar da presença da polícia.

A FUA praticamente deixou de funcionar entre fevereiro e outubro de 1934, ou seja, entre a última edição de *O Homem Livre* e a “batalha da praça da Sé”. O último trimestre do ano assiste, porém, ao último ato da FUA e à aceleração do processo de união das esquerdas.

Entre outubro e dezembro de 1934, a situação política se precipitou. O país estava prestes a pôr à prova a recém-promulgada Constituição Federal, com as eleições parlamentares federais e constituintes estaduais previstas para 14 de outubro.

Nesse trimestre aconteceram importantes articulações das forças políticas nacionais. Da direita à esquerda, todos tramavam contra o governo de Vargas, seja para derrubá-lo por intermédio de um golpe palaciano ou de uma insurreição popular, seja para impedi-lo de consolidar sua política sindical.

Outubro foi um importante ponto de inflexão do antifascismo brasileiro na primeira metade dos anos 1930. Nesse mês, a contenda entre as duas principais propostas de luta antifascista — o Comitê Antiguerreiro e a FUA — chegou então a uma definição. Por outro lado, a renhida disputa pelo espaço público que esquerdas antifascistas travavam desde o ano anterior com a AIB teve então um desenlace sangrento: confronto direto em espaço público aberto.

No dia 3 de outubro, na cidade de Bauru, interior do estado de São Paulo, ocorreu um violento conflito. Para esse dia, uma quarta-feira, feriado nacional em comemoração ao aniversário da Revolução de 1930, havia sido agendada uma “palestra doutrinária” do líder nacional da AIB, Plínio Salgado. Durante seu trajeto pelas ruas até o local da palestra, populares gritavam palavras de ordem antifascista. Os ânimos foram se exaltando até que, numa determinada rua, estourou um violento tiroteio sem origem definida, que resultou em um morto e quatro feridos, todos integralistas. Um dos principais acusados da agressão foi o candidato a deputado estadual pela Coligação das Esquerdas, criada, no final de agosto, em São Paulo, pela Liga Comunista Internacionalista,¹² pelo Partido Socialista e pela Coligação dos Sindicatos Proletários.¹³

Quatro dias depois, no domingo, o confronto atingiu uma dimensão ainda maior. Para esse dia, 7 de outubro, a AIB convocara seus militantes para um evento político a ser realizado no centro da cidade de São Paulo. O dia 7 de outubro era uma efeméride para os integralistas, uma de suas

três principais celebrações. Nesse dia comemorava-se a proclamação do Manifesto Integralista numa cerimônia noturna que, segundo o cerimonial, deveria ser iniciada às 21h e encerrada à meia-noite: “a noite dos tambores silenciosos”.

Ao saber dos preparativos da AIB para realizar o evento, o secretariado da FUA, formado por membros da LCI e do PSB, entrou em contato com o PCB, que, no entanto, se recusou a aceitar uma direção central. A direção da FUA passou então a dividir tarefas e definir a localização dos grupos antifascistas no interior da praça da Sé.

Publicaram-se manifestos convocando-se militantes e simpatizantes a comparecer ao evento. O jornal carioca *A Pátria* publicou no dia 7 um manifesto da anarquista Federação Operária de São Paulo (Fosp) que convocava “todos os homens de brio” a comparecer à praça da Sé, no dia 7, “para impedir o desfile dos bárbaros integralistas”. Assim, os anarquistas, coerentes com sua doutrina, não participaram das deliberações da FUA, mas não se furtaram ao confronto.

O PCB tomou então uma decisão que causaria furor na FUA: fez publicar em *A Pátria*, de 4 de outubro, convocação a partidos (LCI, PSB, PTB)¹⁴ e a sindicatos para “uma demonstração, sob a bandeira da frente única, de combate ao fascismo, à guerra e à reação conservadora” (as palavras de ordem do Comitê Antiguerreiro), concluindo que esta “seria o começo de uma frente única duradoura”.¹⁵ Ironia da história: os “stalinistas”, que haviam combatido nos últimos dois anos, de todas as maneiras, a frente única das organizações antifascistas, agora, na hora do “confronto glorioso”, clamavam pela paternidade de sua convocação política.

Mais importante do que discutir qual a organização que, em primeiro lugar, convocou a manifestação antifascista, e qual a real extensão do papel da FUA nesse processo, é nos atermos a duas questões¹⁶: de um lado, pela primeira vez, todas as forças antifascistas participaram em conjunto, embora sem direção totalmente centralizada, de uma manifestação pública de grandes proporções na então segunda mais importante capital brasileira; de outro lado, esse evento tornou-se um símbolo da luta antifascista e

da luta contra os aspectos reacionários da política nacional, o que o PCB chamava de “a reação”.

No Rio de Janeiro, em 7 de outubro, foi lançado o primeiro número do jornal *O Homem do Povo*, editado pelo jornalista Aparício Torelly, que, embora legal, era ligado ao PCB. Na semana seguinte, o jornal dedicou várias reportagens ao episódio, procurando descrevê-lo e fazer pilhéria da pretensa coragem dos integralistas. Uma das suas manchetes na semana seguinte ao evento foi “Um integralista não corre, voa”, pois o jornal chamava os integralistas de “galinhas-verdes”.

Outro jornal que também deu grande repercussão ao evento foi o *A Pátria*. Esse jornal teve uma importante atuação no movimento de oposição ao governo Vargas durante o último trimestre de 1934 até 1935, quando se tornou um dos principais apoios políticos da ANL.

O confronto de 7 de outubro de 1934, a “batalha da praça da Sé”, teve uma grande repercussão política no Distrito Federal, o que, combinado com a identificação do cadáver do jovem militante Tobias Warshavsky,¹⁷ contribuiu para detonar uma campanha política contra a política repressora do governo Vargas.

Assim, em 9 de novembro, foi publicado em *A Pátria* um abaixo-assinado de cidadãos cariocas e paulistas “pedindo a formação de uma comissão jurídica popular para o inquérito sobre a morte de Tobias Warshavsky”.

Dois dias depois, *A Pátria* publicou as bases da atuação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI).¹⁸ Esse jornal tornou-se, então, o grande patrocinador da Comissão. Publicava diariamente em suas páginas notícias sobre o andamento das investigações, acusações de que a polícia política seria a responsável pelo crime e, sobretudo, a adesão de vários indivíduos à comissão, principalmente intelectuais. O jornal instituiu, inclusive, um fundo para receber contribuição financeira dos cidadãos às atividades da CJPI. Por várias semanas de novembro e dezembro o jornal garantiu a primeira página ou lugares de destaque às atividades da comissão. Pôs seu endereço à disposição dos interessados em enviar

moções de apoio individuais ou coletivas. Vários cidadãos, anônimos ou conhecidos, escreveram ao jornal demonstrando apoio.

No primeiro mês de funcionamento da CJPI, grande parte das adesões veio de cidadãos do Rio de Janeiro. Depois, afluíram adesões de São Paulo, de Santos e de outras grandes cidades brasileiras. Já em dezembro, as adesões de entidades civis (partidos, sindicatos, federações profissionais) se multiplicaram.

Cerca de 410 cidadãos, por meio de abaixo-assinados ou bilhetes individuais, declararam apoio à CJPI por intermédio das páginas de *A Pátria*.¹⁹ Desse total, foi possível levantar as profissões ou atividades de alguns deles. O contingente mais numeroso era formado por médicos — 48 indivíduos —, seguido de 33 advogados, 32 jornalistas, 30 operários e 29 estudantes. O mais importante é que grande parte dos aderentes de destaque e dos dirigentes também aderiu à ANL. Listamos trinta cidadãos²⁰ de destaque que participaram de ambas as organizações, muitos dos quais tiveram atuação na direção nacional da ANL. E, dos 15 “membros da direção”²¹ da CJPI, pelo menos cinco aderiram à ANL, sendo que um deles, Francisco Mangabeira, foi o “secretário-geral” da sua Direção Nacional Provisória. A CJPI recebeu, ainda, a adesão de sindicatos e partidos²² e contou também com o apoio de deputados federais (ex-constituintes) e estaduais constituintes — seis no total.²³

Em dezembro, além de as adesões de indivíduos terem sido substituídas paulatinamente pelas de entidades públicas, ampliaram-se a sua origem geográfica e seu alcance político. Isto é, passaram a chegar sistematicamente adesões de outros estados da federação e, sobretudo, a comissão deixa de tratar exclusivamente do caso Tobias e passa a inseri-lo na questão mais ampla do desaparecimento de lideranças sindicais e políticas; preocupa-se agora com a questão da “reação” como um todo.

Em 3 de dezembro, a CJPI realizou na sede da Coligação Pró-Estado Laico sua primeira reunião pública, e no dia 12 *A Pátria* anunciava para o próximo dia 17 um comício durante sua segunda reunião pública. Essa ampliação do espaço político da CJPI custou-lhe a existência legal, pois,

no dia 18 de dezembro, *A Pátria* publicou manchete na primeira página: "O governo interditou a Comissão Jurídica e Popular de Inquérito." Ainda assim, na primeira quinzena de janeiro de 1935, iniciou campanha contra a "reação" autoritária do governo federal, representada pela Convocação do Conselho de Segurança Nacional e os preparativos para a promulgação da lei de Segurança Nacional.

Ainda que patrocinada por *A Pátria*, consideramos que o PCB teve ativa participação na criação e funcionamento da CJPI. E que a CJPI foi o núcleo político do qual se originou a ANL. Existem documentos que comprovam que tanto a CJPI teria sido criada pelo PCB (ou pelo menos por ele hegemonizada) quanto a ANL existia desde 1934, muito provavelmente já sob a hegemonia dos pecebistas. O primeiro documento intitula-se "Instruções para o trabalho da Comissão Jurídica de Inquérito",²⁴ não assinado, mas provavelmente elaborado pelo PCB — devido ao enfoque dado à questão, à menção elogiosa a *O Homem do Povo*, jornal ligado ao partido, e ao fato de não ter assinado o documento —, que demonstra que o seu autor, o PCB, tinha certo controle das atividades da CJPI. Não temos como avaliar até que ponto ia esse poder, mas, com certeza, era partilhado pelo jornal *A Pátria*, seu principal patrocinador. O outro documento²⁵ é um material de organização do Comitê Anti-Mil²⁶ do PCB, do qual não há nenhuma referência na historiografia do PCB. Embora o documento não seja datado, por meio de uma crítica interna, podemos concluir que foi escrito no último trimestre de 1934. Nele se afirma claramente que a ANL já existia em 1934.

Não devemos nos esquecer de que Hélio Silva²⁷ afirmava que em outubro de 1934 já se reunia um pequeno, mas significativo, grupo de jornalistas, militares e profissionais liberais para discutir política, e que a partir dele se formou a ANL. Autores que analisaram as origens da ANL e essa conjuntura²⁸ chegaram a conclusões semelhantes. Entretanto, apenas Anita Prestes, com a qual concordamos nesse ponto, avançou em suas conclusões: "Os dados de que se dispõe *parecem indicar*, portanto, que a CJPI [...] foi a grande agregadora das forças que viriam a constituir a maior

frente única já formada no Brasil — A Aliança Nacional Libertadora" [grifos nossos].²⁹ É sintomático que a primeira aparição pública da ANL após a menção da sua existência feita pelo deputado Gilbert Gabeira na tribuna da Câmara dos Deputados, tenha sido uma reunião conjunta com a CJPI ocorrida uma semana depois, a 24 de janeiro de 1935, com o objetivo de protestar contra a Lei de Segurança Nacional ("Lei Monstro").³⁰

Portanto, entre dezembro de 1934 e janeiro de 1935, enquanto a FUA já era uma experiência do passado, a CJPI se fortalecia, ampliando tematicamente seu discurso político e área de atuação; abrindo o espaço para a atuação da já existente ANL.

Assim, o processo político do segundo semestre de 1934 é vital para se compreender a questão do esvaziamento da proposta política da FUA e as circunstâncias do sucesso e das contradições da ANL. O esvaziamento político da FUA pode ser aferido pela sua desmobilização, ocorrida após a saída definitiva do PCB, em janeiro de 1934, pelo fim de *O Homem Livre* em fevereiro e, sobretudo, a partir de 1º de maio de 1934, quando os "trotskistas" abandonam de vez a esperança de mudar os rumos do PCB. A "batalha da praça da Sé" foi como um breve renascimento, para resolver uma contenda inadiável e realizar o confronto havia muito previsto e esperado. Tão logo ele acabou, a FUA perdeu a razão de ser.

A proposta de "frente única pela base" contra a guerra, a reação e, subsidiariamente, o fascismo, representada pelo Comitê Antiguerreiro do PCB, também se esgotara. Ao longo de 1934, o fascismo crescia na Europa, e a Internacional Comunista, desde meados do ano, já dava sinais de que a união com outras forças políticas seria possível. Nacionalmente, a nova ordem constitucional, a crescente repressão sindical e política, a radicalização política crescente e a ameaça mais presente da AIB formavam um novo quadro político.

Assim, o processo político que se acelerou nas últimas semanas de 1934 encaminhou-se para a formação de uma frente muito mais ampla do que a FUA e o Comitê Antiguerreiro — a ANL.

A FUA foi uma organização de pouca visibilidade política, com a precária adesão dos grupos políticos que a compunham, e que existiu basicamente em função do trabalho de agitação da LC e do PSB paulista, o de propaganda de *O Homem Livre* e dos poucos eventos públicos que realizou, a maioria em resposta a passeatas ou eventos da AIB. Além disso, a simpatia e até a adesão que alguns setores da sociedade paulista tinham pela AIB; a penetração que o fascismo havia conseguido junto à comunidade italiana paulista, entre outros motivos, limitavam o poder ofensivo do antifascismo nessa conjuntura, ainda mais quando patrocinado pelas esquerdas. Estas não tinham que disputar espaço político apenas com a direita integralista, mas também preservar sua existência contra as constantes ondas de repressão política oriundas das polícias políticas. Ademais, como era uma frente de pequenos grupos e partidos de esquerda, com poucos militantes e reduzida visibilidade política, e os preparativos do contracomício de 7 de outubro de 1934 foram realizados pelas respectivas direções, os antifascistas que não participaram dessas conversações políticas não relacionaram a FUA à “batalha da praça da Sé”. Assim, a memória histórica do evento não absorveu essa relação política. Entretanto, e apesar disso, a FUA contribuiu para unir as esquerdas paulistanas e, principalmente, para dificultar o fortalecimento da AIB em São Paulo nessa conjuntura. Esse terá sido o seu não negligenciável papel histórico.

Notas

1. Eduardo Maffei, *A batalha da praça da Sé*, São Paulo, Brasiliense, 1984.
2. O “primeiro período” abarcaria a Primeira Grande Guerra, a Revolução Russa e as insurreições revolucionárias derrotadas do imediato pós-guerra (Alemanha etc.) e o “segundo período” incluiria a NEP, na Rússia, e o refluxo revolucionário dos anos 1920.
3. Na época, “stalinista” e “trotskista” eram termos pejorativos com os quais os militantes comunistas referiam-se uns aos outros. Usamos os termos para facilitar a narrativa.

4. A frente popular concebia uma ampla aliança entre todas as forças políticas progressistas, diferentemente da frente única, que se restringia às esquerdas. Foi aprovada pelo VII Congresso da Internacional Comunista, em julho-agosto de 1935.
5. Baruch Knei-Paz, *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*, Oxford, Clarendon Press, 1979, p. 351.
6. *Idem*, p. 352.
7. Para mais informações sobre a LC, ver Ricardo F. de Castro, *A oposição de esquerda brasileira (1928-1934): teoria e práxis*, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1993.
8. A seção paulista do Partido Socialista Brasileiro foi organizada em janeiro de 1933. Em janeiro do ano seguinte, um congresso escolheu uma nova direção que lhe deu uma identidade política mais claramente socialista.
9. Para uma discussão sobre os intelectuais trotskistas desse período, ver Ricardo F. de Castro, “Os intelectuais trotskistas nos anos 30”, em Daniel Aarão Reis Filho (org.), *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2000.
10. Para mais detalhes sobre o antifascismo italiano nos anos 1920-30, ver João Fábio Bertonha, *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*, São Paulo, Annablume/Fapesp, 1999.
11. Também conhecido, entre outros nomes, como Comitê de Luta Contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo.
12. A partir de maio de 1934 a Liga Comunista adotou oficialmente o nome de Liga Comunista Internacionalista.
13. Esse relato baseia-se em Lídia Maria Vianna Possas, *O trágico 3 de outubro: estudo histórico de um evento*, dissertação de mestrado em História, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1992.
14. O Partido Trabalhista do Brasil foi registrado em cartório no dia 1º de abril de 1933.
15. *Apud* Fulvio Abramo, “7 de outubro de 1934: 50 anos”, *Cadernos Cemap*, ano I, n. 1, São Paulo, 1984, pp. 82-83.
16. Eduardo Maffei, *op. cit.*, e Fulvio Abramo, *op. cit.*, dão os únicos relatos minuciosos e contextualizados do episódio. Cada um defende a posição da organização à qual pertenciam — PCB e LCI, respectivamente. Eles propõem teses excludentes quanto ao papel da FUA no evento e quanto à paternidade da convocação dos antifascistas. Cada um reproduz os argumentos que, à época, o PCB e a LCI utilizavam. É interessante que a memória desse evento tenha sido disputada desde então, com o PCB procurando diluir o papel da FUA e dos grupos de esquerda que a compunham, concomitantemente com a sobrevalorização do seu papel. Numa atitude conciliatória, Mário Pedrosa, em artigo editado 11 anos depois do episódio,

- afirmou que “nenhuma organização ou partido pode arrogar-se o mérito de ter conseguido sozinho aquela mobilização formidável de trabalhadores”. *Vanguarda Socialista*, n. 7, 12 de outubro de 1945.
17. Warshavsky era judeu, militante da Juventude Comunista e cartunista de *A Pátria*. Assassinado em 17 ou 18 de outubro de 1934, seu corpo foi encontrado nas matas da floresta da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. Seu assassinato transformou-se num cavalo-de-batalha propagandístico das esquerdas, especialmente do PCB, que acusava do crime a polícia política de Getúlio, que por sua vez acusava o partido. William Waack (*Camaradas*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 297) encontrou em Moscou informes do Comintern que afirmam terem sido militantes do PCB os verdadeiros responsáveis pelo crime, confirmando o inquérito policial concluído apenas em 1941, embora não haja exata correspondência quanto aos indivíduos referidos. O inquérito policial encontra-se no Fundo Dops do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj).
 18. Para uma discussão mais detalhada sobre a CJPI e as origens da ANL, ver Ricardo Figueiredo de Castro, *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo*, tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
 19. Astrojildo Pereira, por exemplo, então recentemente expulso dos quadros do PCB, escreveu ao jornal dando seu apoio e identificando-se humildemente como “publicista”. *A Pátria*, 14 de novembro de 1934, p. 10.
 20. Leônidas de Rezende, Hermes Lima, Francisco Mangabeira, Edgard Sussekind de Mendonça, Duque Estrada, Campos da Paz Filho, Caio Prado Júnior, Brasil Gerson, Benjamin Soares Cabello, Armando Laydner, Armanda Alvaro Alberto, Aparício Torelly, entre outros.
 21. Leônidas de Rezende, Mário Coutinho, Francisco Carvalho, Detelba de Brito, Getúlio de Paula Santos, Cícero Ferreira de Abreu, Pedro da Cunha, Benigno Rodrigues Fernandes, Paula Maragão, Pedro Bueno, Jovelino de Carvalho, Renato Werneck de Avellar, Affonso Rozendo, Hermes Lima e Francisco Mangabeira. Alguns desses cidadãos eram representantes da CJPI em São Paulo, o que demonstra a sua ampliação geográfico-política. *A Pátria*, 2 de dezembro de 1934 e 10 de janeiro de 1935.
 22. Como, por exemplo, a Federação da Juventude Comunista do Brasil.
 23. Os deputados estaduais constituintes Gwyer de Azevedo e Acúrcio Torres e os ex-deputados federais constituintes Alvaro Soares Ventura, Armando Laydner, João Miguel Vitaca e Vasco de Toledo.
 24. Setor “Comunismo”, pasta 15, dossiê n. 9: “Comissão Jurídica e Popular de Inquérito”, folhas 20 e 21, pp. 1 e 2, Fundo Dops, Aperj.

25. *Circular — curso de organização do Comitê Anti-Mil*, panfleto n. 82, p. 1, Fundo Dops/Folhetos, Aperj.
26. O Comitê Militar Revolucionário, conhecido como Comitê Anti-Mil, foi criado em 1929 para facilitar a ação do PCB nos meios militares. Para sua proteção e do partido, ele era separado da estrutura partidária. O caráter semi-secreto desse comitê teria permitido que informações tão importantes como essa sobre as origens da ANL tivessem ficado desconhecidas por tanto tempo, até para a maioria dos militantes do partido.
27. Apud André Luiz Faria Couto, *ANL, uma frente de esquerda nos anos 30*, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995, p. 14.
28. Vítor Manuel M. Fonseca, *A Aliança Nacional Libertadora na legalidade*, dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1986. André Luiz Faria Couto, *op. cit.*; Marly Vianna, *Revolucionários de 35*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992; e Anita Prestes, *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, Petrópolis, Vozes, 1997.
29. *Idem*, p. 61.
30. *A Pátria*, 23 de janeiro de 1935, p. 2.

Bibliografia

- ABRAMO, Fulvio. “7 de outubro de 1934 — 50 anos”. *Cadernos Cemap*, ano I, n. 1, outubro de 1984.
- BERTONHA, João Fábio. *Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945*. São Paulo/Campinas: Fapesp/Annablume/Centro de Estudos das Migrações Internacionais da Unicamp, 1999.
- CASTRO, Ricardo Figueiredo de. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese de doutorado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- . “A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)”. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, setembro de 2002.
- COUTO, André Luiz Faria. *ANL: uma frente de esquerda nos anos 30*. Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.
- MAFFEI, Eduardo. *A batalha da praça da Sé*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens

Francisco Carlos Pereira Cascardo

Doutor em Ciências Navais e pesquisador autônomo.

Setenta anos passaram, e a história da Aliança Nacional Libertadora (ANL) ainda exerce forte atração sobre os que se interessam pelo estudo das organizações políticas e dos processos sociais que fazem pessoas de diferentes modos de pensar se agregarem em torno de um ideário comum.

O cenário é o quinto ano da década de 1930, com o Brasil recém-saído da revolução de 3 de outubro e iniciando, por caminhos nem sempre conhecidos, a sua reclamada industrialização, que influenciará fortemente a ordem social, política e econômica. Externamente, a nação se relacionava com um mundo que sofria as severas consequências da mais drástica depressão econômica já conhecida e convivía com países antigos, mas portadores de jovens e complexas ideologias que se conflitavam.

Nesse universo em formação surgiu a Aliança Nacional Libertadora, como resultado da frustração de alguns idealistas que participaram da revolução e aguardaram, até certo ponto em vão, a implantação do Programa de Reconstrução Nacional anunciado pelo presidente da República.

O curto relato da efêmera vida da ANL se manteve uniforme independentemente do narrador: quer fosse a polícia política chefiada por Filinto Müller, quer o razoável número de historiadores ligados ao hegemônico partido de esquerda da época, o Partido Comunista (PCB). À repressão policial, interessava apresentar a ANL como de inspiração comunista, para angariar mais e mais a aceitação da sociedade ao seu fechamento. Ao PCB convinha classificá-la como sob a direção única do seu maior líder — Luiz Carlos Prestes —, buscando capitalizar para si aquele fenômeno político que, em apenas quatro meses de vida, apre-

sentou notável crescimento e intensa atração sobre a classe média e os intelectuais.

Para a polícia política de Filinto Müller e para o PCB, não havia tanto interesse em mostrá-la como originária de outros brasileiros que se associaram em torno de um programa comum, que não dependia de ideologias ou pessoas, mas sim, como claramente expresso no seu estatuto, de determinados princípios: a ANL

é uma associação constituída de adherentes individuaes e collectivos com o fim de defender a Liberdade e a Emancipação nacional e social do Brasil [...]. Podem aderir à Aliança Nacional Libertadora as associações ou indivíduos que aceitarem seu programa.¹

A real identidade da ANL na vida política nacional, neste capítulo, será estudada por meio das atuações de seus dois presidentes: o do Diretório Nacional Provisório — Hercolino Cascardo — e o de “honra” — Luiz Carlos Prestes. O primeiro, dirigindo a ANL com vistas a mantê-la na ordem constitucional vigente; o segundo, não integrando formalmente a organização, com a qual não se reunia, mas dispondo do seu elevado prestígio pessoal para incitar a revolução. Essa dualidade perdurará no período que vai da sessão inaugural até seu fechamento, em 11 de julho.² A partir dessa data, a ANL perde sua personalidade jurídica e deixa de existir. Em seu lugar, assume o PCB, com o Comitê Central substituindo o Diretório Nacional Provisório. Igualmente os núcleos aliancistas são substituídos pelas células comunistas, mais aptas à vida clandestina. Não obstante, Prestes continuará a empregar a sigla ANL em sua pregação revolucionária, embora não logre convencer seus adeptos mais argutos. Apesar do disfarce com a sigla — Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade —, ele igualmente não conseguiu convencer a polícia, como se verá adiante.

Hercolino Cascardo deixa seis anos de exílio com a vitória da revolução de 1930 e, junto com Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor, segue de

Porto Alegre para entender-se com a Junta Pacificadora no Rio de Janeiro e preparar a transmissão do governo para a posse de Getúlio Vargas.

Prestes, que se mudara em 1931 de Montevidéu para Moscou, em 1935 regressa ao Brasil com o firme propósito de fazer a revolução. Seu ingresso no PCB esbarrou em forte oposição da direção, que vetava seu nome desde 1930, num total de quatro anos. Foi necessária a intervenção pessoal de Manuiski para que o interdito fosse suspenso.³

A curta existência da ANL — de março a julho — caracterizou-se pelo acentuado crescimento de inscrições, pela intensa participação da classe média e pela luta pelo poder entre comunistas e aliancistas. O grande receio dos comunistas era que a ANL se organizasse como partido e ultrapassasse o PCB na condução das massas trabalhadoras.

Curiosamente, Prestes romperá com os *tenentes* pelo manifesto de maio de 1930, ao fazer profissão de fé comunista e repudiar a revolução de Getúlio. É relativamente comum encontrar a opinião de que “os *tenentes* abandonaram Prestes”.⁴ É uma interpretação conflitante com o significado da palavra abandonar (deixar, largar), pois, por integrar uma comunidade não-comunista, Prestes, ao converter-se ao novo credo, que não era o dos *tenentes*, foi quem alterou a situação reinante e afastou-se dos antigos companheiros.

Torna-se necessário perguntar como a maioria dos *tenentes* poderia concordar com os termos do manifesto que fora redigido em oposição às suas crenças ideológicas. Ao abraçar o comunismo, em uma coletividade não-comunista, o ônus do abandono coube ao novo iniciado, cuja solidão resultante evidenciou o elevado índice de rejeição conseguido.⁵

No entanto, o extraordinário prestígio pessoal de Prestes desequilibrava a luta interna na ANL, cujo ápice se deu no início do mês de julho, o que resultou na divulgação do manifesto relativo ao 5 de julho, data maior do *tenentismo*. A redação foi um ato solitário do autor, sem consulta ou troca de idéias com o partido.⁶ A resposta do governo não se fez esperar: baseada na Lei de Segurança Nacional, na época apelidada de “Lei Monstro”, a ANL foi fechada. Saiu de cena e cessou suas atividades.

O SOCO DE MANUILSKI

De Londres, onde se encontrava a serviço da Marinha, Hercolino Cascardo enviou uma carta para Getúlio Vargas, datada de 24 de agosto de 1934. Nela se refere a telegrama anterior, no qual apresentava as felicitações pela eleição indireta para presidente da República, e pela promulgação da Constituição. A seguir, entrou no assunto principal, que era o rumo tomado pela revolução de 3 de outubro de 1930:

Como revolucionário e velho companheiro das horas incertas, fica-me a tristeza de vê-lo definitivamente perdido para a causa que defendíamos. Se a Constituição foi a vala comum de todas as nossas aspirações, a organização do Ministério e a volta à política dos grandes Estados encerraram, sob forma irrisória, o ciclo das nossas reivindicações.

Deixemos a revolução. Ela está morta e qualquer tentativa de ressuscitá-la deve ser forçosamente recebida com desconfiança dentro do chamado regímen legal.⁷

No dia 5 de janeiro de 1935, Cascardo, em companhia de diversos oficiais de Marinha que estagiavam na Inglaterra, embarcou no *Highland Chieftain*, partindo de Londres e chegando ao Rio de Janeiro no dia 21 do mesmo mês.

Em Moscou desde 1931, Prestes preparava-se para voltar ao Brasil, após quatro anos de permanência na União Soviética. Saíra de Montevideu alguns meses depois de ter divulgado os importantes manifestos de maio e de agosto de 1930. No primeiro, tornara público seu desacordo com o programa da Aliança Liberal, surpreendendo a maioria dos *tenentes* com a revelação da sua condição de comunista. No segundo, propôs a criação da Liga de Ação Revolucionária (LAR), entendida por muitos como substituta do PCB. Como consequência, rompera com a quase unanimidade dos seus companheiros que atenderam ao chamado da Aliança Liberal. Por sua vez, o PCB não aprovara aqueles dois manifestos, pois

considerara o de maio como típico de um “pequeno-burguês”, com a agravante de o partido não ter sido citado uma única vez. O de agosto, que criara a LAR, serviu para tornar mais difícil a já intensa oposição que a direção do PCB lhe dedicava. A refutação do Partido foi publicada em *A Classe Operária* nº 96, de agosto de 1931, com a manchete “Resposta do proletariado a Luiz Carlos Prestes”, e relacionava diversas críticas contra Prestes, tais como: “Mas é um pequeno-burguês, [...] deve aceitar o papel dirigente do proletariado [...] e pretende reduzir o papel do Partido Comunista a um estimulante para a pequena burguesia.” Essa não foi a primeira ocasião em que a direção do PCB se opôs a Prestes. Anteriormente, Leôncio Basbaum, um dos seus principais dirigentes, se pronunciara contrário a sua admissão: “Nossos encontros com Prestes não tinham futuro, a revolução que ele queria era diferente da nossa, pois tínhamos de fazê-la com ele ou sem ele, de preferência sem ele.”⁸ Um terceiro dirigente, Fernando de Lacerda, somou-se aos anteriores, e seus argumentos constituem o livro intitulado *A luta contra o prestismo*.⁹ No seu entender, “o prestismo não é uma concepção proletária. Ele dificulta a formação de uma vanguarda proletária, pois impossibilita a educação revolucionária”.

A seguir, Fernando de Lacerda ampliava a sua forte crítica sobre o prestismo, alertando que ele “não é a simples admiração ou confiança cega na pessoa de Luiz Carlos Prestes. É toda uma ideologia que tem suas origens na mentalidade pouco segura e firme da pequena burguesia”. Ainda mais grave para Fernando é o que chamava de as suas duas principais características, as quais atentam contra dogmas do marxismo. São elas: a falta de confiança nas massas proletárias e camponesas, forças motrizes da Revolução, e a falta de fé nelas para dirigir a Revolução. Ampliando sua argumentação, Fernando as explanava da seguinte forma:

Falta de confiança nas massas proletárias e camponesas, levando-as a querer substituir a verdadeira Revolução dessas massas pela preparação de golpes de grupinhos escolhidos, trancados em conspirações, nas costas das massas, desligados dela, e de sua luta, e sob a direção de caudilhos civis e militares.

Pouca fé na capacidade dirigente do proletariado, conduzido a lutar contra a direção da Revolução pela vanguarda proletária do Partido Comunista para entregar essa direção aos “heróis” ou “Cavaleiros da Esperança”.

Fernando Lacerda antevia a substituição da ideologia marxista pelo culto à personalidade, ao denunciar que

são as concepções prestistas que levam as massas assim afastadas da direção do Partido Comunista a confiar as suas salvaçãoes a caudilhos, heróis, pequenos burgueses, anarquistas, trostkistas, de ideologias, em suma, pequeno-burguesas.

Antevendo as graves conseqüências que viriam em pouco tempo, propunha uma resoluta ação contra o prestismo. “De tudo que acabamos de dizer, [deriva a] necessidade de reforçar a luta contra o prestismo, de extirpá-lo do proletariado, do seio das massas oprimidas, para poder formar a vanguarda do proletariado.”

Em janeiro de 1934, ainda em Moscou, um novo pedido de Prestes para ingressar no PCB, mesmo apoiado pelo Comitê Executivo da Internacional Comunista (IC), é mais uma vez recusado. Finalmente, a fórmula para a admissão de Prestes é encontrada por Manuïlski, membro da Executiva da Internacional Comunista, ao aproveitar a presença em Moscou de Antônio Manuel Bonfim, conhecido como Miranda, o secretário-geral do PCB. Nas palavras do próprio Prestes, o seu ingresso aconteceu da seguinte maneira: “O desfecho das negociações foi muito simples: Manuïlski *deu um soco na mesa* e disse que eu entraria de qualquer maneira: Miranda não teve como fugir à determinação do Comintern.”¹⁰

O soco na mesa de Manuïlski ecoou no Bureau Político do Comitê Central do PCB. A resposta foi publicada em *Sentinela vermelha*, em artigo datado de 4 de setembro de 1934, e intitulado “A adesão de Luiz Carlos Prestes ao PCB”. Resumindo, o partido comunicava o ingresso de Prestes e alertava contra os riscos envolvidos:

1. O Bureau Político (BP) comunica que resolveu aceitar a admissão de Prestes às fileiras do nosso partido conforme proposta da Internacional Comunista. Como justificativa, devido às suas recusas anteriores, fundamenta-se na autocritica de Prestes em que ele [...] de caudilho pequeno-burguês que era passou a confiar no proletariado como única força revolucionária [...] além de ter reconhecido em vários documentos todo o seu passado de erros [...]

2. Cerremos fogo contra o prestismo e todas as ideologias estranhas: O BP chama todo o partido para intensificar o fogo contra o prestismo [...] contra essa teoria e prática de pequeno-burguês [...] na subestimação das forças do proletariado como única classe revolucionária, nas ilusões em caudilhos pequeno-burgueses, “Cavaleiros da Esperança”.

Atento a que suas recomendações chegassem a todas as bases, o BP advertia que o artigo deveria ser de leitura obrigatória para todos os seus filiados, e que fosse feita uma ampla discussão, com o resultado retornando ao BP.

No último tópico, evidenciava-se o conflito entre o entrada de Prestes como imposição de Manuïlski, e o receio, ou desconfiança, que o PCB manifestava em relação ao prestismo. Como que não acreditando na “estrada para Damasco”¹¹ do seu mais recente inscrito, e receando o extraordinário prestígio em âmbito nacional que Prestes conseguira como mentor da coluna Miguel Costa-Prestes, o Bureau Político antevia que o prestismo dominaria o partido, e que esse personalismo sobrepujaria o papel do proletariado como verdadeira força revolucionária.

Foi o que aconteceu em novembro de 1935.

A volta de Prestes ao Brasil antecedeu a de Cascardo em seis dias. Mas, enquanto o último veio diretamente de Londres para o Rio de Janeiro, o líder comunista, saindo de Moscou, fez escala em diversas cidades européias e do continente americano. Após quatro meses, na madrugada de 15 de abril de 1935, Prestes decolou de Montevidéu em um hidroavião quadrimotor da Latecoère e desembarcou em Florianópolis no mesmo dia.

Trazia consigo a firme intenção de fazer a revolução, por estar convencido de que encontraria as condições de que precisava. Os informes *ba-luartistas* de Miranda foram seus aliados e ajudaram a convencer Manuiski, daí resultando que Arthur Ernst Ewert, Rodolfo Ghioldi, Leon-Jules Vallée, Franz Paul Gruber, acompanhados pelas esposas, mais o solitário Victor Allen Baron, deixassem seus países com igual destino para assessorar Prestes.

A HORA DA ANL

O fim do ano de 1934 e o início de 1935 transcorreram sob a influência de fatos que repercutiram intensamente no cenário político. O Congresso ultimava uma Lei de Segurança para combater os “extremismos”, que se tornou conhecida com a “Lei Monstro”. Os militares angustiavam-se pela demorada solução para reajustar seus vencimentos e pela ameaça de desemprego com a provável redução dos efetivos de cabos e sargentos. Os ministros militares empregavam acentuada energia para impedir que oficiais e praças participassem de atos políticos promovidos pela ANL, contrariando o conceito estabelecido entre os militares mais conscientes de que “o militar não é autômato, e sim cidadão consciente”.¹² A Ação Integralista Brasileira (AIB), em três anos de existência, apresentava marcante crescimento no meio civil e nas Forças Armadas, sobretudo na Marinha, em que seus seguidores possivelmente atingiam noventa por cento da oficialidade.¹³ A classe média fazia sentir seu peso na vida política, no que era reforçada pela novel participação da mulher.

Cascardo e Prestes chegaram ao Brasil em datas que distavam quatro meses uma da outra. Embora relacionados à Aliança Nacional Libertadora, teriam seus destinos correndo em paralelo, sem um único encontro pessoal. Como já se disse, o primeiro, como presidente do Diretório Nacional; o último, como presidente de “honra”. Ao acompanhar a ação política

de cada um, pode-se desvendar a trajetória da ANL, e, da mesma forma, a sua não-participação no levante de 1935.

A fundação da ANL se verificou em 12 de março de 1935. Os integrantes do Diretório Nacional Provisório eram Hercolino Cascardo (presidente), Amorety Osório (vice-presidente), Roberto Faller Sisson (secretário), Trifino Correa, Costa Leite, Walfrido Caldas, Abgvar Bastos, Fróes da Fonseca, Francisco Mangabeira, Armando Laydner, Campos da Paz, Benjamin Soares Cabello, Marcelo Curvelo de Mendonça, Horácio Valladares, Antônio Rodrigues Gouvêa, Augusto Caldas, F. Muniz Freire, Carlos de Scheneider, Antonio Rollemberg e José Augusto Medeiros. O manifesto-programa foi assinado por seis membros do Diretório Nacional Provisório: Hercolino Cascardo, Amorety Osório, Roberto Sisson, Benjamin Soares Cabello, Francisco Mangabeira e Manoel Venâncio Campos da Paz. O texto longo começava por responsabilizar o imperialismo:

O Brasil cada vez mais se vê escravizado aos magnatas estrangeiros. Cada vez mais a independência nacional é reduzida a uma simples ficção legal. Cada vez mais o nosso país e o nosso povo são explorados, até os últimos limites pela voracidade insaciável do imperialismo.¹⁴

No final, apresentava-se o programa da ANL:

Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo de manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultiva; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento pelo arrendamento da terra; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária.

Para a maioria dos seis signatários, o programa apresentado se originava na plataforma da Aliança Liberal como apresentada no comício da Esplanada do Castelo, passava pelo “Programa de Reconstrução Nacional”, lido

na posse de Getúlio Vargas, evoluía pelo programa apresentado pelo Clube 3 de Outubro e prosseguia ao longo dos trabalhos do Congresso Revolucionário. O programa acompanha o mesmo caminho percorrido na vida política pelos seus autores, que participaram ou apoiaram a revolução de 3 de outubro de 1930, mas que, discordando da sua evolução, dissenteram dela e fundaram a ANL.

Segundo versões historiográficas dominantes, o programa reproduz as principais teses do PCB, e é quase uma cópia dos documentos do Partido Comunista. Ressalte-se que, nessa ocasião, Prestes ainda não chegara ao Brasil, nem a sessão inaugural da ALN acontecera. Discordando de seus companheiros de ideologia, Agildo Barata, que, em pouco tempo, chefiaria o levante do 3º RI, declara:

O programa da ANL não surgiu por acaso. Nada tem de comunista. Não foi importado da Rússia. Não obedece às diretrizes da Terceira Internacional, mas aos imperativos categóricos da própria fenomenologia brasileira. As promessas da Aliança Liberal, através da plataforma da Esplanada do Castelo, e posteriormente o movimento de 30, despertaram na consciência nacional a certeza de que seria possível ao povo brasileiro melhores dias num futuro próximo [...] E o programa da ANL tem profundos pontos de contato com a plataforma lida na Esplanada do Castelo em janeiro daquele ano.¹⁵

Na antevéspera da sessão de instalação da ANL, Hercolino Cascardo foi entrevistado por *O Jornal*.¹⁶ Suas declarações foram publicadas sob a chamativa manchete “Uma Aliança sem sectarismo”:

A Aliança Nacional Libertadora não tem sectarismo, não é um partido político. É verdadeiramente uma aliança; a aliança de todos os que quiserem lutar pela libertação nacional e social do povo brasileiro. Por libertação nacional entendemos o cancelamento das dívidas imperialistas e a nacionalização das empresas imperialistas. Entendemos que [é necessário] o combate aos capitalistas estrangeiros que vivem às custas do nosso povo.

Somos contra o pagamento dos empréstimos externos. Somos contra as empresas estrangeiras que a título de contribuir para o progresso do nosso país controlam a nossa economia. A Aliança vem lutar pela libertação econômica do Brasil; pela independência de fato.

Internamente queremos o direito do povo manifestar-se livremente. Somos contra todas as leis que ferem esse direito. Queremos a anulação total das dívidas agrícolas, a libertação dos camponeses pobres, a defesa da pequena e média propriedade contra as hipotecas, a diminuição dos impostos que pesam sobre o custo de vida, o aumento dos salários e ordenados de todos os empregados e funcionários. Queremos finalmente um Brasil que seja do brasileiro que trabalha de verdade e do estrangeiro que trabalha aqui. Nosso nacionalismo é exclusivamente contra os capitalistas estrangeiros. De tudo isso falaremos ao povo na grande reunião de sábado.

Cascardo praticamente antecipara a divulgação do programa da ANL e, ao enfatizar “que não haverá sectarismo”, queria tranquilizar aos participantes de que não haveria predominância de um sobre o outro. Chamou a atenção dos leitores o singular fato de que a ANL não se propunha chegar ao poder, mas sim influenciar o presidente a aceitar seu programa e colocá-lo em prática. Dentro desse raciocínio, Cascardo participara a Getúlio que a “Aliança não visava a hostilizá-lo e tinha por objetivo criar uma base popular para que ele se pudesse apoiar para levar a cabo o seu programa”.

Ivan Pedro de Martins, que participou da sessão de instalação da ANL no recinto do Teatro João Caetano, não mais esqueceu o que presenciara:

Abriam-se as cortinas e o espetáculo era indescritível. Gente nas cadeiras, nos camarotes e frisas, nas torrinhas, nos corredores, sentados nas balaustradas, trepados nas colunas em pirâmides. O teatro devia estar com mais de dez mil pessoas, expectantes, vibrantes, falando alto, num entusiasmo intensamente contagioso. Os homens da mesa foram tocados pelo ambiente, olhavam sorrindo ante o resultado da chamada para o comício.

Cascardo, a cara meio redonda, jeito sóbrio, voz pausada, declarou aberta a sessão de instalação solene da Aliança Nacional Libertadora.¹⁷

A polícia também compareceu, estando presentes uma turma de investigadores chefiados por um oficial do gabinete do chefe de polícia Filinto Müller e por Serafim Braga, chefe da Seção de Ordem Política e Social. O primeiro a falar foi Sisson, que leu o manifesto, seguido por Cabello, Francisco Mangabeira, Maurício de Lacerda, Almachio Diniz, Amorety Osório, Francisco Moesia Rolim e Carlos Lacerda, este último surpreendendo os organizadores ao propor o nome de Luiz Carlos Prestes para presidente de honra, sugestão aceita por aclamação dos presentes. O término dos trabalhos também foi narrado por Ivan Pedro Martins:

Francisco Mangabeira estava fazendo discurso de encerramento e uma sensacional cena de festa e júbilo, de paixão e risos enchia o teatro onde canções se entremesclavam e acordes da Internacional se misturavam ao Hino da República e ao Hino Nacional:

“Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós...”

Estava instalada a Aliança Nacional Libertadora.”

A proposta de Lacerda, uma vez aceita, marcará permanentemente a curta existência da ANL. Prestes inegavelmente dispunha de imensa popularidade e é provável que fosse o político de mais prestígio no país. Quanto à escolha para “presidente de honra”, é oportuna a indagação sobre se a multidão presente, ao aclamá-lo, o faria mais pela sua heróica participação na coluna Miguel Costa-Prestes que pela sua condição de comunista. Agildo Barata, na mesma linha de raciocínio, indaga: “Quem não compreende que Prestes era o presidente de honra da ANL, não por ser comunista, mas por ser o mais querido líder popular brasileiro?”¹⁸

Lacerda, integrante da Juventude Comunista, e que anos mais tarde se converterá em ferrenho inimigo de seus ex-aliados, afirmou que também fora surpreendido pelo pedido que lhe fizera Carlos da Costa Leite, e que nada mais sabia. O major Carlos da Costa Leite, *tenente* histórico, integrava o Diretório Provisório da ANL, sendo destacado membro do PCB e muito ligado a Prestes. Seu cunhado Silo Meirelles fora para Moscou

antes de Prestes e também estava de regresso ao Brasil, mas se dirigira para o Recife, onde chefiaria a revolução por acontecer. Carlos da Costa Leite nada dissera aos seus companheiros do Diretório Provisório, e sua atitude evidenciou a permanente preocupação do PCB em manter-se na vanguarda dos acontecimentos, e ao extremo receio de que um partido político, no caso uma aliança dele, ou seja, que a ANL pudesse desenvolver-se e tomar a sua frente, substituindo-o junto ao proletariado.

A imprensa do PCB noticiou a reunião inaugural da ANL em editorial do seu jornal, *A Classe Operária*. O trecho mais significativo dizia respeito ao relacionamento do PCB com a ANL:

O Partido não adere e nunca aderirá à ANL. O Partido está de acordo com as reivindicações constantes do programa da ANL, e retirará seu apoio, desmascarará perante o proletariado e as massas populares o papel contra-revolucionário [...] o papel anti-revolucionário retirará todo o seu apoio à ANL caso esta se converter em partido político e visar à conquista do poder político como finalidade...¹⁹

Como que para contrabalançar a surpresa da aclamação de Prestes como presidente de honra, o Diretório Nacional Provisório reiterava o seu compromisso com a legalidade e respondia à forte campanha da imprensa de fazê-la passar por comunista. Em entrevista ao *Homem Livre* de 6 de abril, Cascardo reforça essa posição quando declara ao jornalista:

A Aliança Nacional Libertadora vai esforçar-se, dentro da ordem e da Constituição vigente, pela difusão das idéias do seu programa [...] Luiz Carlos Prestes, Miguel Costa [...] estão com a Aliança. A Aliança agirá estritamente dentro da lei e da ordem constitucional. Não tem a intenção de subverter a ordem pública [...] não pretendemos derrubar os homens que estão no governo. Não nos interessa a simples substituição de homens [...] Queremos realizar as nossas conquistas pacificamente, sem recurso à violência, dentro dos meios que a Constituição faculta.

A ANL continua seu trabalho de arregimentação de mais adeptos, preferindo que seus comícios ocorram nas grandes datas da nacionalidade. Após a inauguração, seguir-se-á o comício do dia 21 de abril, em homenagem a Tiradentes. O local escolhido foi o Teatro Municipal, cedido pelo prefeito Pedro Ernesto. O Serviço Secreto de Filinto Müller enviou o investigador número 622, que elaborou minucioso relatório. Calculou os presentes em cerca de 3 mil, que lotaram todo o teatro e se espalharam pelos corredores ou ficaram de pé fora do recinto.²⁰

O rápido crescimento da ANL provoca forte reação contrária no PCB. Remontando à experiência do Partido Comunista Alemão de poucos anos antes, quando via nos social-democratas seu mais sério inimigo e o alcinhou de social-fascista, a versão brasileira criou a expressão nacional-reformista para caracterizar os aliancistas que não eram partidários da luta armada. Em artigo intitulado "Os perigos do nacional-reformismo na ANL", publicado em *A Classe Operária* de 1º de maio, Bangu²¹ explicita o que seria o nacional-reformismo:

Significa desviar a luta concreta e real contra o imperialismo e o latifúndio para o terreno das concessões, do palavreiro vazio. Significa criar o conceito de que é possível a libertação nacional sem a ação revolucionária das massas [...]. Significa pensar em resolver a situação nacional dentro dos quadros do atual regime com Getúlio ou outro Getúlio qualquer no governo, dentro da ordem e da lei feudal-burguesa.

Para Bangu, um exemplo bem característico do nacional-reformismo é o movimento encabeçado por Gandhi na Índia: "A orientação gandhista, em vez de ser um fator de desencadeamento das lutas nacional-revolucionárias, serviu como um freio a essas lutas, o que muito satisfaz ao imperialismo que paga e sustenta seus encabeçadores como Gandhi e outros". Bangu avaliou negativamente o papel de Gandhi à luz do marxismo e, com esse instrumento de análise, não conseguia uma expectativa positiva. Cerca de dez anos mais tarde, com o término da Segunda Grande Guerra

Mundial, Gandhi conseguiu libertar a Índia da dominação inglesa, utilizando aqueles mesmos métodos negados por Bangu.

A data cívica que vem a seguir é a da Abolição, no dia 13 de maio. Na expectativa concretizada de o público ser mais numeroso, foi escolhido o Estádio Brasil, remanescente da Feira de Amostras que fora montada para as comemorações do centenário da Independência. A cobertura jornalística da *Gazeta de Notícias* "estimou que a multidão presente alcançava a apreciável cifra de 30 mil participantes". O ponto alto da noite foi quando Benjamin Soares Cabello fez a leitura da carta de adesão de Prestes à ANL. Mais uma vez a direção do PCB repete que adere à ANL, mas não se integra a ela. A divulgação da carta fez que Nemo Canabarro perguntasse a Cascardo se a ANL visava à tomada do poder, o que não constava do seu programa, entendendo-se essa frase pela via eleitoral. Como ultrapassava a competência do Diretório Nacional e caía nas atribuições da Congresso Nacional, a resposta não chegou a ser considerada, pois o fechamento da ANL aconteceu antes da sua realização.

À medida que a ANL crescia em número de adeptos, aumentava a campanha movida contra ela pelos adversários integralistas, mais Filinto Müller e a imprensa, principalmente pelo jornal *O Globo*. Em Petrópolis, um comício da ANL foi atacado por um grupo de integralistas, causando a morte de um aliancista. Querendo evitar um novo derramamento de sangue, Cascardo, como presidente do Diretório Nacional, manda ofício a Filinto Müller avisando que

O Departamento de Investigações Secretas da Aliança Nacional Libertadora acaba de receber informações seguras [...] de que as esquadras integralistas irão perfeitamente armadas [...] fazer demonstrações de força e de desagravo diante de várias associações proletárias antifascistas, bem como contra a Aliança, prevendo até um ataque e empastelamento da sede desta.²²

Intensificando a campanha contrária à ANL, Filinto Müller e *O Globo*, em uníssono, denunciavam a existência de um plano comunista para tomada do poder e eliminação física dos adversários em alentada manchete de primeira página intitulada "Política e extremismo", de 21 de junho. No dia 23, a polícia, empregando meios violentos, dissolve a reunião preparatória do I Congresso da Juventude Popular e Estudantil. Dia 25 é a vez de o chefe de polícia Filinto Müller atacar. Os jornais divulgam que entregara ao presidente um volumoso relatório sobre as atividades extremistas no Rio de Janeiro e suas ramificações estaduais.²³

A resposta da ANL vem no dia seguinte, 26, por meio de nota do Diretório Nacional publicada na imprensa:

Em face das provocações de *O Globo* e de outros jornais a soldo do imperialismo a Comissão Executiva da Aliança Nacional Libertadora vem mais uma vez protestar contra as afirmações de que ela é uma organização extremista. [...] A ANL é legal, absolutamente legal.

A campanha contra a ANL ganhava intensidade ao aproximar-se a data de 5 de julho, a qual representava grande simbolismo para o movimento tenentista. Naquele mesmo dia 26, o ministro da Justiça, Vicente Rao, informa ao presidente que havia uma conspiração para depô-lo e cujos chefes eram os aliancistas, entre eles Pedro Ernesto e Hercolino Cascardo.²⁴

A análise política indicava que a integridade da ANL como organização corria crescentes riscos. Com grande número de adeptos no seio da população, provavelmente superando os integralistas, o mesmo não se podia dizer quanto ao governo, em que seus adversários conseguiram importantes ministérios, avultando o da Justiça, cujo titular, Vicente Rao, exercia posto de mando na Ação Integralista Brasileira e levava ao presidente a fantasiosa denúncia acima.

No dia 27, *O Globo* publica na primeira página duas gigantescas manchetes: "Soviets no Brasil — o governo está de posse de um plano vindo da Rússia, visando implantar o comunismo entre nós." A segunda era igual-

mente sensacionalista: "A investidora vermelha — foi exclusivamente para tratar do assunto que reuniu o Ministério, tendo ao lado enorme retrato de Stalin." O texto, que não apresentava correspondência com a realidade, alarmava a população:

Na última reunião [...] todos os seus auxiliares tomaram conhecimento de um plano vermelho de destruição do poder republicano [...]. Esse plano que é abundante de minúcias, ao que a reportagem de *O GLOBO* logrou apurar, defende o ataque fulminante de todas as instituições USINAS e TELÉGRAFOS. No plano há a revelação de existirem nos Telégrafos vários empregados articulados com os núcleos de execução vermelha [...]. Estão certos os membros do governo de que as origens sejam russas. Esse plano foi transmitido em papel cifrado para o Brasil.

Na parte final vem a velada ameaça de que as providências estão a caminho, pois "reconhece o governo que não é mais possível contemporizar diante da gravidade dos fatos e da força alarmante de certos sintomas. A polícia está com grande parte da meada nas mãos e há dois dias que vem tomando várias medidas de prevenção". A resposta da Aliança vem no dia seguinte, em entrevista do presidente do Diretório Nacional que repta pessoalmente Roberto Marinho, diretor de *O Globo*: "É uma pérfida campanha que há tempos *O Globo* vem movendo contra nós. Com carapucas, ou não, a sua intenção é de indispor-nos com o público."

Ainda no mesmo dia, 27, *O Globo* publica declaração do ministro da Justiça que procura tranquilizar a nação, ou então aparentar que desconhece o que se passa, e incentivar o adversário a agir mais descuidadamente: "Não corre nenhum risco a ordem pública, é o que afirma o ministro Vicente Rao."²⁵

A campanha contra a ANL recrudescer, com a entrada em cena de um personagem mais categorizado, o presidente Getúlio Vargas que, ao discursar para os marítimos, adverte que "o governo está disposto a manter a ordem, ainda que seja obrigado a empregar a violência".²⁶ Embora o

adversário não tenha sido explicitado, os ouvintes entenderam que era a ANL. Para 5 de julho faltam poucos dias e a imprensa especula sobre o conteúdo do manifesto que está sendo redigido por Prestes, principalmente quando Getúlio se expressara substituindo o termo legal “força” pelo intimidante “da violência”.

O pretendido comício da ANL esbarra na ação contrária das autoridades. Filinto Müller publicara portaria que, a pretexto de evitar “provoações”, afirma que não permitirá manifestação em local aberto, apenas em recinto fechado, e condicionada à sua autorização. O prefeito Pedro Ernesto nega a cessão do local habitual, o Estádio Brasil, e o comício acaba acontecendo a portas fechadas, na própria sede da ANL. A polícia invade o Sindicato dos Bancários e faz prisões, e o Exército entra de prontidão. Essas medidas repressivas encontram apoio em *O Globo*, que intensifica seus ataques, acusando a ANL de estar “tentando jogar o Brasil no caos”, acrescentando que “o extremismo pregado pela Aliança Nacional Libertadora continua a perturbar a tranqüilidade pública”.²⁷

O governo montara o cenário repressivo, aguardando o pretexto para fechar a ANL. E Filinto Müller avalia que encontrará o que necessita no próximo manifesto de Prestes. E assim será.

Na expectativa, não confirmada, de impedir que as autoridades consigam algum pretexto para fechar a ANL, o presidente do Diretório da Aliança dá entrevista à *Terceira República*, em que as palavras de ordem são “dentro da Constituição”, e afirma que o programa da ANL obedece aos ditames da Carta Magna.²⁸ Para melhor se fazer entender, organiza o seguinte relacionamento entre cada item e o correspondente artigo da Constituição:

O PROGRAMA DA ALIANÇA DENTRO DA CONSTITUIÇÃO

1. Cancelamento das dívidas imperialistas (art. 113, 17);
2. Nacionalização das empresas imperialistas (art. 91, V; art. 116, transitório; art. 117; art. 136);

3. A liberdade em toda a sua plenitude (art. 113 n^{os} 1, 2, 3, 4, 5 e 9 etc.);
4. O direito do povo manifestar-se livremente (art. 2^o);
5. A entrega do latifúndio ao povo laborioso que o cultiva (art. 5^o XIX, 1; art. 9^o, V; art. 113, n^o 17, 34; art. 115 e 116);
6. A libertação de todos os cômodos camponeses [...] (art. 117, parágrafo único; 119, § 4, e 121 e seus parágrafos);
7. A anulação de todas as dívidas agrícolas (art. 113 n. 17; art. 114);
8. A defesa da pequena e média propriedade [...]; (art. 113 n^o 17 e 34);
9. Parar a evasão de dinheiro para fora do Brasil (art. 5^o, XIX, i);
10. Queremos uma Pátria livre [...] (art. 2^o).²⁹

A entrevista praticamente passou despercebida à maioria dos leitores, e a grande imprensa, intencionalmente ou não, deixou de publicá-la, preferindo aquela matéria que, em termos jornalísticos, seria mais notícia.

Prestes redigira o manifesto sem trocar idéias nem com seu círculo íntimo de colaboradores, como Harry Berger, Ghioldi, Jules Valle, Miranda. Como presidente de honra, não fazia parte da estrutura organizacional da ANL, mantendo-se à parte do Diretório Nacional, com o qual não se reunia, quer em conjunto, quer com algum membro. Em termos formais ou estatutários, afirma Cascardo,

as relações de LUIZ CARLOS PRESTES com a Aliança Nacional Libertadora se limitavam à solidariedade por ele emprestada ao programa da Aliança Nacional Libertadora, não decorrendo daí nenhum compromisso para a Aliança em acompanhar em gestos ou atitudes que contrariassem de qualquer maneira a norma de conduta ou programa daquela organização.³⁰

Ressalte-se que durante a existência da ANL — de 12 de março a 11 de julho de 1935 — foram duas as vezes em que Prestes fez públicas as suas idéias por intermédio da Aliança: a primeira, quando da carta ao Diretório

Nacional, comunicando sua adesão; a segunda, por ocasião do seu manifesto de 5 de julho. O apelo à luta armada consta de um terceiro documento elaborado por Prestes e intitulado "Governo nacional revolucionário", e que se encontra no Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Alguns historiadores se referem a ele como adotado pelo Diretório Nacional Provisório, o que confirmaria a versão de a ANL ter aderido à revolução. No entanto, o que existe é uma cópia cuja cuidadosa verificação não encontra indício que o identifique como sendo da ANL.

Na tarde do dia 5, a cidade foi invadida por inúmeros boatos. Com a proibição dos comícios em local público, os membros do Diretório da ANL concentravam-se na sede, aguardando a publicação do manifesto. A cena foi realisticamente descrita por Hélio Silva:

Foi pouco antes da reunião programada para as 20 horas que Hercolino Cascardo, presidente da ANL, e Reis Perdigão, secretário do Partido Socialista, conheceram o texto do Manifesto, ainda em prova de escova da matéria composta para ser publicada numa segunda edição de *A Manhã*. Hercolino Cascardo desaprovou aquela manifestação.

À noite nem ele nem a maioria dos dirigentes da ANL compareceram à sede da rua Almirante Barroso. A reunião realizou-se assim mesmo, com um número avultado de participantes. A sessão foi aberta pelo capitão Henrique Oest [...] depois Carlos Lacerda subiu sobre uma mesa e leu o manifesto de Luiz Carlos Prestes.³¹

O final do manifesto lançava um provocante desafio ao presidente:

Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo nacional revolucionário!

Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!³²

A ameaçadora última frase, substituindo-se a "Aliança Nacional Libertadora" pelo original "sovietes", trouxe para o Brasil de 1935 a palavra de ordem de Lenin que incendiara a revolução de outubro de 1917. O fecho do manifesto era o que Filinto Müller e Vicente Rao tinham esperado. E aconteceu.

Miguel Costa, em resposta à carta que Prestes lhe enviara, acentuou que ela era datada de 2 de julho, quando o manifesto já estava redigido (quando foi apresentado à Aliança), que ele não conhecia a reação que o mesmo provocara e que a carta estava incompleta, pois faltavam muitos assuntos de relevância. E não poupou o desafio que Prestes lançara contra o governo:

Vem o 5 de julho e você, naturalmente, pouco ou mal informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto dando a palavra de ordem: todo o poder à ANL.

Brado profundamente revolucionário, subversivo, só aconselhável nos momentos que devessem preceder a ação... Grito que deveria para estar certo ser respondido pela insurreição. Tal ordem só deveria ter sido dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir.³³

Amargamente, Miguel Costa manifestou a sua reprovação: "Foi como atirar uma criança desarmada contra um elefante." E despediu-se com a seguinte disposição: "V. saiba que continuo como sempre me encontrei, disposto a arrostar todos os sacrifícios *num movimento realmente organizado* para a salvação do Brasil."³⁴

Com a ressalva que fez, Miguel Costa demonstrara que o movimento acontecido e derrotado não contaria com seu apoio. No entanto, esse último período (da carta em que Miguel Costa transmitira a Prestes a sua desaprovação pelo manifesto de 5 de julho) foi entendido por alguns historiadores como sinal de concordância.

A ANL tinha seus dias contados. Inicialmente ameaçada pelo imaginário plano publicado por *O Globo*, agora enfrentava o fato concreto da

leitura do manifesto de 5 de julho. Com base na Lei de Segurança, de 4 de abril de 1935, Getúlio assinou o Decreto nº 229, de 9 de julho, que fechava a Aliança. Sua dissolução dependia do Poder Judiciário, o que iria ocorrer em 11 de dezembro do mesmo ano. O *Globo* ressalta o ato governamental em manchetes sensacionalistas: "Desmascarando os mistificadores do extremismo. Resolve o governo fechar, por decreto, a Aliança Nacional Libertadora — o governo toma enérgicas providências contra o surto ameaçador do comunismo mascarado."³⁵

Cascardo,³⁶ em carta a Amaral Peixoto, afirmou que, no mês de julho, quando mais intensa fora a luta interna pelo poder entre comunistas e aliancistas, a atuação da polícia favorecera os primeiros, já que as provocações feitas por Prestes ao governo de Getúlio Vargas levaram ao fechamento da ANL. Caso contrário, se esta funcionasse dentro da legalidade, e mantivesse o acentuado ritmo de crescimento que apresentava, em pouco tempo poderia transformar-se em um partido nitidamente popular, com sólida organização e um programa próprio que por certo diminuiria a dimensão política do PCB. Ao referir-se a Prestes, seu adversário, Cascardo o chamou de "o caudilho mais estimado em todo o Brasil". Concluindo a carta a Amaral Peixoto, reconheceu que, "com o fechamento da ANL, o comunismo vencera a luta interna e ficou dispondo do formidável prestígio e da grande força moral da ANL, pois no regímen da ilegalidade somente ele está organizado para agir".³⁷ Para Cascardo, a polícia não poderia ter dúvidas de que os diretórios aliancistas em todo o Brasil deixaram de agir, ficando o campo livre para a ação do comunismo.

É a negação da expressão "Aliança na ilegalidade".

Começaram as prisões e transferências para longe do Rio de Janeiro dos oficiais que pertenciam à ANL: Amorety Osório, designado para a guarnição de Óbidos, na margem esquerda do rio Amazonas, Pará; Carlos da Costa Leite, enviado para Bagé, Rio Grande do Sul; Triffino Correa, movimentado para Ouro Preto em Minas Gerais; Hercolino Cascardo seguiu para São Francisco do Sul, em Santa Catarina. O capitão Henrique Oest foi preso por ordem do ministro da Guerra, general João Gomes.

O chefe de polícia encarregou o delegado do 5º Distrito de fechar a sede da ANL, bem como fazer a apreensão dos arquivos, cartazes e boletins de propaganda. Essa ação estendeu-se aos núcleos estaduais e municipais, bem como às inúmeras associações, como a Liga pela Defesa da Cultura Popular, a União Feminina Brasileira etc.

A Aliança Nacional Libertadora deixara de existir. Seu Diretório Nacional fora dispersado em todo o Brasil. Suas sedes e núcleos nos níveis nacional, estadual e municipal foram fechadas; as portas, lacradas. A polícia de Filinto Müller mantinha-se em vigilância permanente.

O PCB, com a sua organização clandestina intocada, se apossou da sigla extinta, e passou a pronunciar-se por meio dela, numa tentativa de fazer crer que a atividade política revolucionária que pregava não era originária de Prestes ou do partido, mas, sim, continuação da ANL. São exemplos dessa situação, dentre outros, os relatórios "Ao povo explorado e oprimido de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe", de outubro de 1935; os confidenciais, intitulados "A ANL e a situação política no estado do Rio de Janeiro", de 3 de novembro de 1935, e o relativo ao "estado do Rio Grande do Norte", publicados cerca de dez dias mais tarde. Foram divulgados após o fechamento da ANL, e próximos à data do levante. Falando como se a ANL ainda existisse e utilizando-se dos termos "Diretório Nacional Provisório" e "ANL do Nordeste", os textos apresentavam a posição, encoberta, do PCB, defendendo a idéia de um Governo Nacional Provisório Revolucionário — GNPR — encabeçado por Prestes. É razoável supor que as "massas oprimidas" acreditassem que eram originários da ANL, mesmo sendo anônimos, sem identificação dos membros do Diretório, ou dos responsáveis, por exemplo.³⁸

Esta proposição, "ANL na ilegalidade", não encontrava acolhida entre alguns importantes membros do PCB, sendo veementemente negada, como se verá mais adiante, entre outros, por Barreto Leite. A tese foi reforçada pelo acórdão do Tribunal de Segurança Nacional, datado de 7 de maio de 1937, que absolveria, por unanimidade, aqueles seis

integrantes do Diretório Nacional Provisório da acusação de terem participado, como cúmplices (ou “cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935”).

O MITO DA ANL NA ILEGALIDADE

Contando ninguém acredita [...] aí passamos do ridículo ao dramático [...] foi a mais vergonhosa das derrotas.

Barreto Leite

O leitor desavisado identificaria as expressões acima como originárias de *O Globo*, em prosseguimento da sua conhecida campanha contra os aliancistas. No entanto, foi escrita por Barreto Leite, acatado membro do PCB, ainda a tempo de ser lida por Prestes às vésperas do levante de 27 de novembro de 1935 no Rio de Janeiro.

A inadequada expressão — ANL na ilegalidade —, largamente empregada por muitos historiadores e pela polícia política de Filinto Müller, serviu para encobrir a identidade do PCB. A exploração política do nome da ANL apresentava grande utilidade para o PCB, para angariar a simpatia daqueles que se inclinavam politicamente a ela, bem como para evitar a rejeição dos que eram contrários ao partido.

Até recentemente, a história da ANL como frente política permaneceu encoberta pela do levante de 1935, como se criatura única fossem. O estudo dissociado desses dois fatos, da mesma maneira que são distintas as trajetórias políticas de Cascardo e Prestes — o primeiro comprometido em manter a ANL na legalidade, e o segundo visando exclusivamente à revolução —, abre caminho para o adequado esclarecimento de que a ANL e o levante foram processos dissociados, com o segundo usando a sigla da primeira. E, no entanto, esse importante fato já era conhecido desde 26 de novembro de 1935, graças à carta de Barreto Leite a Prestes. Da mesma forma pode ser considerado o relatório do juiz preparador do TSN,

coronel Luiz Carlos da Costa Neto, no qual constava “que, depois do fechamento da Aliança por decreto do governo, ou antes desse ato, não ficou por forma alguma provada nos autos a co-participação daquela sociedade no preparo e deflagração do movimento”.³⁹ O resultado é que, no julgamento no Tribunal de Segurança Nacional, os seis principais dirigentes do Diretório Nacional da ANL, todos signatários do manifesto-programa, foram absolvidos.

A lucidez e a clarividência de Barreto Leite confirmaram o conceito formulado por Howard Fast, laureado escritor comunista norte-americano e autor de *Spartakus* e de *Moisés príncipe do Egito*: “Deus quando quer pôr o homem a se perder dá a ele o conhecimento.”

Barreto Leite não conseguiu convencer Prestes a desistir do levante do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, bem como o da Escola de Aviação. Malgrado no seu intento, foi aquinhoadado com a expulsão do PCB. Barreto Leite, preocupado com os freqüentes boatos que ouvia, de que a revolução estava próxima e que teria Prestes na chefia, redigiu a patética carta: no dia 26 de novembro, véspera do levante, e que mesmo assim chegou ao conhecimento do destinatário:

Escrevo hoje premido pelo que considero o meu mais estrito, mais imperioso dever. Não o faria em outra hipótese [...] não sei se também se o que vou dizer produzirá algum efeito [...]. Para mim é uma questão de consciência e basta.⁴⁰

Em seguida, Barreto Leite apontaria as confusas posições doutrinárias assumidas pelo PCB, que evidenciavam as contradições existentes na direção do partido, agravadas pelas limitadoras condições da clandestinidade em que Prestes vivia, distanciado das massas trabalhadoras e mais o intenso convívio com conselheiros não nacionais, dos quais o mais experimentado era Harry Berger, cuja assessoria aos comunistas chineses em 1927 resultou no massacre de Xangai e na ascensão do governo do Guomindang de Chiang Kai-shek: “A primeira vez se formulou o problema

central da revolução como [...] 'agrária e antiimperialista', depois, mudou-se para 'operária e camponesa' e finalmente chegou-se à 'nacional libertadora'."⁴¹

A crítica acima também se aplicaria à forma do governo a ser instituído, que padece da mesma característica de transitoriedade: iniciando com "a 'ditadura democrática-revolucionária' evoluiu para 'popular nacional revolucionário'". Abandonando o que chama de "barafunda teórica e política", Barreto Leite evoluiu para "o lado prático". "O 'velho aventureirismo político' retomou a sua antiga proeminência [...] a 'política aventureirista' foi enfraquecendo as posições dentro dos sindicatos". Barreto Leite passaria a analisar a ANL, evidenciando seu receio inicial de que o PCB fosse engolfado por ela, bem como a irreal hipótese de uma tomada do poder: "Uma política do gênero ANL me parecia perigosa [...] foi realmente um sucesso [...] o Partido [...] perdeu literalmente a cabeça."⁴²

Em processo crescente de criticar as ações de Prestes, Barreto Leite enunciaria o que considerava como os seus grandes erros:

O CC lançou um manifesto inconcebível, chamando todo o mundo às armas, no dia 5 de julho. Você, não sei por que informações fantásticas, veio com aquele seu que acaba na famosa palavra de ordem todo o poder à Aliança.

Barreto Leite entendera que as provocações feitas por Getúlio e pela imprensa contrária à ANL levariam Prestes a cometer um erro trágico. O governo só aguardava que isso acontecesse para municiar-se com um pretexto e fechar a ANL. O comentário revelou sua intensa contrariedade e descrença na orientação do partido: "Aí passamos do ridículo ao dramático [...] foi a mais vergonhosa das derrotas [...]. Além da incapacidade de direção [...] é a própria linha do Partido, nos seus fundamentos, que está errada."⁴³

A seguir viria a constante preocupação dos comunistas, e da qual Barreto Leite tornou-se porta-voz: "O maior perigo [...] era o desapareci-

mento do Partido dentro da Aliança." Com a ANL fechada, mas com o Partido apregoando que ela continuava em atividade, mesmo assim, Barreto Leite duvida que alguém possa acreditar que isso seja crível: "Chega a ser comovedora tamanha ingenuidade. O Partido ilegalíssimo tenta se esconder atrás de outra organização também ilegal até adotando a sua terminologia, na esperança de conseguir manter um olho para fora."⁴⁴ Barreto Leite chegaria à sua conclusão final, que julgava irrefutável, como de fato é: "A polícia é que não se ilude com esta mascarada pueril. Diria logo: Isso são manobras dos comunistas."⁴⁵

Ao se referir aos rumores que ouvira de que o PCB iria fazer uma revolução, expõe sua contrária e firme opinião sobre a perigosa questão, e também a sua intensa surpresa de que assunto tão relevante permanecesse desconhecido:

Posso afirmar a você que a maioria esmagadora dos membros do Partido não sabe uma palavra sobre esse golpe e se soubesse o condenaria. Será pois um simples motim de quartéis, uma conspirata vulgaríssima, como aquelas que você tanto atacou.⁴⁶

A seguir apelaria para os brios de Prestes, que ele considerasse o prestígio que ainda tinha junto ao povo, pois o que ele se propunha fazer seria o retorno ao condenado e abjurado prestismo: "Você quer participar nisso? Isso é o prestismo na mais triste de suas formas [...]. Pense bem na sua responsabilidade. Dirijo a você e à sua honra de revolucionário."⁴⁷

O esforço de Barreto Leite fora em vão.

ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL

As prisões começam a receber os detidos. Sisson, Cascardo e Francisco Mangabeira no dia 25 de novembro; Campos da Paz e Benjamin Cabello, em 26; Carlos Amorety Osório, em maio do ano seguinte. Essa relação de seis

nomes corresponde àqueles que assinaram o manifesto-programa da ANL. Com exceção do último, que se encontrava em Óbidos, estado do Pará, os demais foram presos antes que o levante do 3º RI acontecesse. Curiosamente, os demais integrantes do Diretório não tiveram destino semelhante.

Cascardo, que estava em São Francisco do Sul, Santa Catarina, veio em hidroavião da Marinha, que foi buscá-lo a pretexto de prestar declarações ao Ministério do Trabalho, em virtude da sua função de delegado do Trabalho Marítimo no porto naquela cidade.

Debelada a insurreição em Natal, Recife e Rio de Janeiro, instalado o inquérito policial pelo delegado Eurico Bellens Porto, criado o Tribunal de Segurança Nacional para julgamento dos envolvidos, foi apresentada a denúncia pelo procurador Himalaya Vergolino, que recebeu a denominação de “cabeça da revolução de 27 de novembro de 1935” e que incluía, como se armas tivessem tomado, aqueles seis membros acima citados, juntamente com Prestes, Agildo Barata e os que chefiaram a insurreição armada, mais os conselheiros estrangeiros e os dirigentes do PCB, todos incursos nas sanções do artigo 1º combinado com o artigo 49 da lei 38, de 4 de abril de 1935: “Artigo 1º — Tentar diretamente e por fato mudar por meios violentos a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida; artigo 49 — Reputam-se cabeças os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido a prática de atos punidos por esta lei.”

O acórdão⁴⁸ do TSN absolveu por unanimidade os seis membros do Diretório Nacional Provisório da ANL da acusação de haverem cometido o crime do artigo 1º, “por não estar provado que os mesmos tivessem tentado mudar, por meios violentos, a forma de governo, ou a Constituição da República”, bem como os acusados negaram a participação, além de desconhecê-la. Ressalte-se o depoimento de Carlos Amorety Osório, quando do auto de qualificação, justificando a sua atuação na ANL. Nessa oportunidade ele revela que a proposta da formação de uma Frente Única já fora apresentada havia quatro anos, por ocasião do Congresso Revolucionário de 1932:

*Como uma consequência da idéia de fundação de uma Frente Única de todas as correntes revolucionárias, no Congresso Nacional realizado em mil novecentos e trinta e dois, nesta capital, idéia essa que não foi vitoriosa por ter resultado desse Congresso a fundação do Partido Brasileiro; que em janeiro ou fevereiro de 1935 com os signatários do manifesto da Aliança Nacional Libertadora resolveu tornar realidade a sua idéia sustentada no Congresso Revolucionário.*⁴⁹

Os demais réus⁵⁰ foram condenados como incursos nesses artigos, com a maior pena cabendo a Prestes — 16 anos e oito meses. Com a absolvição dos dirigentes da ANL pelo TSN, com a extinção da Aliança em 11 de julho de 1935, e o PCB agindo conforme a realista descrição feita por Barreto Leite, fica validada a tese de que o levante de 27 de novembro de 1935 foi realizado à revelia da ANL.

A ILUSÃO DO LEVANTE DE 1935

A polícia política acompanhava atentamente as atividades clandestinas do PCB. Os agentes infiltrados relatavam com maior ou menor confiabilidade o que se passava no mundo subterrâneo da conspiração prestista. Embora rivais na Europa, o Intelligence Service, da Inglaterra, e a Gestapo nazista colaboravam com o governo brasileiro na luta contra os conspiradores. Segundo Leôncio Basbaum, o maior sucesso coube à Gestapo, pela infiltração de seu agente duplo Paulo Gruber, que ingressou no círculo próximo a Prestes. Ex-comunista alemão, aqui chegou por ordem da Internacional Comunista. Logo ao aportar no Rio de Janeiro, Paulo Gruber procurou o Itamaraty, onde revelou sua verdadeira condição pró-Alemanha, sendo imediatamente encaminhado a Filinto Müller. Gruber revelou que Prestes estava para chegar e que sua especialidade era a técnica no uso de explosivos. Após a entrevista, seguiu para desempenho da sua missão, encarregando-se de instalar no cofre a ser usado por Prestes um dispositivo

que, ao explodir, inutilizasse os importantes documentos ali guardados.⁵¹ Mais tarde, ao invadir o esconderijo na rua Barão da Torre, em Ipanema, a polícia com facilidade abriria o cofre e se apoderaria do seu copioso conteúdo. Esse material e o que mais tarde seria arrecadado na rua Honório, no Méier, constituiriam três volumes dos aproximadamente vinte que compõem o processo no Tribunal de Segurança Nacional. E a sua riqueza de detalhes permitirá igual riqueza de prisões. Ainda quanto aos documentos apreendidos, não foi encontrado nenhum que responsabilizasse aqueles seis membros do Diretório da ANL com a revolução por vir.

Filinto Müller, valendo-se da sua rede de agentes infiltrados no PCB, manteve-se a par do planejamento da ação revolucionária que aguardou a data marcada para ter início. Sem perda de tempo, ordenou que a polícia redobrasse a vigilância a partir do dia 24 de novembro. O Exército e a Marinha entraram de prontidão rigorosa. As prisões começaram a receber os detidos. Sisson, Francisco Mangabeira e Cascardo, como já foi mencionado, desde o dia 25; Campos da Paz e Benjamin Cabello no dia seguinte.

O dia 26, véspera do levante, encontrou Prestes dedicado a escrever aos antigos companheiros da década de 1920, mas sem obter êxito. Foi assim com Pedro Ernesto, que, incontinênti, avisou Getúlio da data da revolução. O mesmo aconteceu com Estilac Leal, que comandava o poderoso Grupo de Obuses sediado em São Cristóvão, e que se apressou em avisar Filinto Müller. Sua artilharia faria com sucesso o intenso bombardeio das instalações do 3º RI. A carta endereçada a Triffino Correa foi interceptada no meio do caminho e passou a constituir importante peça acusatória contra Triffino, que, em vão, alegaria inocência e a sua condição de não-comunista. Rascunho de carta destinada a Cascardo, Sisson e Agildo Barata, mas não recebida pelos destinatários, tornou-se de grande valia para a polícia, que a usou como peça de acusação.⁵²

Cumprindo trinta dias de prisão regulamentar no 3º RI, Agildo Barata descreveu como os acontecimentos se passaram. Na tarde do dia 26,

com o regimento em rigorosa prontidão, chegou um estafeta com as ordens para iniciar o levante: 2h da madrugada. Travou-se um inusitado diálogo, pois o mensageiro, portando três ordens para igual número de destinatários, teimava em entregar as três a Agildo, e que este providenciasse para fazê-las chegar aos demais. À hora marcada, Agildo, chefiando os revoltosos, deveria apoderar-se do comando, prendendo os que não aderissem. Em seguida, sair à rua e dividir suas forças em três batalhões. O primeiro deslocar-se-ia até as proximidades do Arsenal de Marinha para impedir que o Batalhão Naval desembarcasse; o segundo tinha como objetivos o cerco do morro de Santo Antônio, para não permitir que a Polícia Especial saísse às ruas, e a incumbência de neutralizar o Batalhão da Polícia Militar, sediado na rua São Clemente. O terceiro batalhão deveria deslocar-se para o Palácio do Catete.⁵³

O 3º RI tinha um efetivo de 1.700 homens, dos quais trezentos eram oficiais e sargentos, na sua esmagadora maioria favoráveis ao governo, e já estavam cientes de que naquela madrugada começaria o levante. Agildo e os demais oficiais suspeitos já estavam sob vigilância de outros oficiais legalistas que cumpriam ordens do coronel comandante.

Agildo iniciou o levante à hora marcada. Às 14h, tudo estava terminado. A historiografia partidária tenta justificar a ordem recebida por Agildo, considerando imprescindível a solidariedade com Natal e Recife. Essa inadequada "solidariedade" não encontra guarida na alentada experiência militar do antigo comandante da Coluna. Sua larga experiência de luta armada incluía uma das máximas da arte da guerra: uma vez constatada a impossibilidade de vitória e na iminência de uma exterminante derrota, compete ao chefe militar executar a "retirada estratégica" de forma a poupar a vida de seus comandados e preservar a capacidade operativa da força sob seu comando para futuras ações. Outro importante princípio, o da surpresa, não mais lhe pertencia, pois as forças governamentais estavam avisadas, e mantinham-se em rigorosa prontidão. O único resultado palpável foi o de ganho de publicidade, ou de marketing, termo mais atual.

A despeito do intenso sentimento negativo despertado na população, houve a contrapartida de tornar o PCB mais conhecido como partido político atuante.

Ao transmitir ao 3º RI uma ordem inexecutável, consideradas as desproporções das forças envolvidas, e levar a sua minúscula tropa a enfrentar um inimigo excessivamente superior, que Agildo Ribeiro estimava na proporção de dez para um, a derrota foi completa no campo da luta armada. As conseqüências, na mesma dimensão, se espalharam para o campo político. Getúlio explorou o êxito da vitória contra os insurgentes e desencadeou uma severa repressão em âmbito nacional que dizimou e anulou a oposição ao seu governo, sem consideração de seus matizes, com as prisões tornando-se o ponto de encontro daqueles que manifestassem discordâncias em relação ao governo. A mais grave conseqüência talvez tenha sido o advento do Estado Novo, em 1937. Sua origem pode ser encontrada ao examinar-se em profundidade a reunião dos generais, convocada uma semana depois, em 3 de dezembro de 1935, para “emitirem seus pareceres com relação à gravidade da atual situação e à maneira de punir os crimes praticados no recente surto comunista, tendo em vista a benignidade das nossas leis repressivas e em face da Constituição da República”.⁵⁴ A análise cuidadosa do voto por escrito do general Góis Monteiro, um texto de seis páginas, revela a intensa necessidade de que sejam aprovadas as suas enérgicas propostas. As mais significativas são as seguintes: “Reconheçamos *a priori* que a atual Constituição ou se torna inexecutável e violável ou nos arrastará à perda definitiva.” Góis Monteiro apresenta como uma possível solução o “golpe de Estado, consistente em declarar abolida a Constituição atual”. Justifica essa proposição, pois para ele a “execução pura e simples dos preceitos constitucionais vigentes que, no seu entender [...] significa a impunidade, recrudescimento da desordem, a desmoralização, o caos, a anarquia, até a ruína completa”. Conclui sua exposição com o derradeiro argumento: “É o suicídio que atrairemos sobre as nossas cabeças.”⁵⁵

Dois anos mais tarde, em 10 de novembro de 1937, as propostas tornar-se-iam resolução com o advento do Estado Novo. Entre seus principais artífices encontrar-se-iam o general Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército, o general Dutra, ministro da Guerra, o presidente Getúlio e mais o apoio da Ação Integralista Brasileira.

É oportuno avaliar se é adequado chamar o reduzido efetivo de militares participantes do levante de 1935 de *tenentistas*, isso porque seu número não é significativo perante o elevado total da mesma graduação que, no Exército e na Marinha, superavam largamente o milhar, e permaneceram ao lado da ordem legal. Recorde-se que o movimento *tenentista*, como conhecido na década de 1920, era de caráter liberal. Acresce que, por ocasião do levante, a grande, ou esmagadora, maioria dos oficiais participantes pertenciam ao PCB. Quanto às funções de chefia do levante, constata-se que foram exercidas exclusivamente pelos membros do PCB, como Agildo Ribeiro, Silo Meirelles, Alberto Besouchet, Leivas Otero, Agliberto Vieira de Azevedo, Sócrates Gonçalves, Álvaro Francisco de Souza, David de Medeiros Filho, Tomás Meirelles Filho e outros mais. No entanto, seria questionável afirmar que os militares revoltosos procederam segundo a doutrina comunista em que a primazia cabe à *luta de massas*. Não sendo *tenentista*, nem agindo como comunistas *stricto sensu*, a característica marcante que os unia era a intensa admiração que dedicavam a Prestes, conhecida como prestismo. Essa conclusão identifica-se com a opinião de importantes dirigentes, como Abguar Bastos, de que “em 1935 os militares que iriam desencadear a insurreição projetada não eram mais tenentistas, mas fiéis seguidores de Prestes”.

Era o prestismo, como denunciado, inicialmente, por Fernando de Lacerda e, mais tarde, pelo Bureau Político do CC do PCB sob a sugestiva advertência: “Cerremos o fogo contra o prestismo.”

Durante quatro anos, de 1930 a 1934, fora possível vetar a admissão de Prestes no PCB, sob a precisa alegação de que conduziria o partido para “o velho aventurismo político”.⁵⁶

Não tendo conseguido, foi o que aconteceu.

Notas

1. Processo 584, que instrui o Registro da Aliança Nacional Libertadora, feito em 3 de abril de 1935 sob o número de ordem 52.761 no Cartório de Alvaro de Teffé Von Hooltz. Incluído no processo-crime contra "os cabeças da revolução de 27 de novembro de 1935", julgado no Tribunal de Segurança Nacional, nas folhas n. 1.844 e 1.845.
2. Decreto nº 229, de 9 de julho de 1935.
3. Dimitri Manuela, dirigente da Internacional Comunista.
4. Domingos Meirelles, 1930, *Os órfãos da revolução*, Rio de Janeiro, Record, 2005, p. 764.
5. Apenas permaneceram Aristides Leal, Emídio Miranda, Carlos da Costa Leite e Silo Meirelles. Mais tarde os dois últimos também se afastarão.
6. Marly de Almeida Gomes Vianna, *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 145.
7. Hercolino Cascardo, Carta a Getúlio Vargas datada de 24 de agosto de 1934, Londres, GB. FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas.
8. Leôncio Basbaum, *História sincera da República*, Rio de Janeiro, Alfa-Ômega, 1976, p. 316.
9. Fernando de Lacerda, *A luta contra o prestígio e as revoluções agrárias e imperialistas*, Rio de Janeiro, 1934, p. 152.
10. Denis Moraes e Francisco Viana, *Prestes: lutas e autocríticas*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1982, p. 58.
11. O apóstolo Paulo foi criado como judeu e na idade adulta perseguiu os cristãos. A caminho de Damasco, Cristo lhe apareceu, falou-lhe e feriu-o com a cegueira. A aparição transformou-o em outro homem. Ao chegar a Damasco foi batizado, recuperou a visão e passou a pregar fervorosamente o cristianismo.
12. Clube 3 de outubro, Manifesto, Estatutos, Programa-síntese outubrista — Política Militar, Postulado — *O militar não é autômato e sim cidadão consciente*, Rio de Janeiro, 21 de abril de 1933, p. 30.
13. Augusto Amaral Peixoto, Autobiografia, FGV/CPDOC, Arquivo AAP.
14. Manifesto-programa da Aliança Nacional Libertadora, *O Homem Livre*, Rio de Janeiro, 2 de março de 1935; Hercolino Cascardo, Defesa prévia apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional — Manifesto-programa, Rio de Janeiro, Tipografia Misericórdia, 1937, pp. 38-45.
15. Agildo Barata, *Vida de um revolucionário*, Rio de Janeiro, Editora Melso, s/d.
16. Hercolino Cascardo, "Chegou ontem ao Rio o comandante Hercolino Cascardo — A Aliança Nacional Libertadora e a reunião de sábado, no Teatro João Caetano", *O Jornal*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1935.

17. Ivan Pedro de Martins, *A flecha e o alvo*, Porto Alegre, Movimento, 1994.
18. Agildo Gama Barata Ribeiro, "Razões de Apelação do Recorrente, ao Venerando Supremo Tribunal Militar", p. 14, datada de 20 de maio de 1937. Renumerada como 1598-a do processo ali arquivado.
19. *A Classe Operária*, 10 de abril de 1935. Em escala mundial, essa preocupação comum a todos os partidos comunistas de não se deixar ultrapassar se transformará em tragédia na Guerra Civil Espanhola ao deflagrar entre os aliados a luta armada pela hegemonia republicana. Em Barcelona, de 4 a 6 de maio de 1937 aconteceu a guerra civil dentro da guerra civil. O PSUC (Partido Socialista Unificado de Cataluña), de orientação stalinista, atacou seus rivais, a CNT (Confederação Nacional do Trabalho) de origem anarquista, e seu aliado, o Poum (Partido Obreiro de Unificação Marxista), representando os trotskistas. Ao fim dos combates, contavam-se quatrocentos mortos e dois mil feridos. Hugh Thomas, *A Guerra Civil Espanhola*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964, vol. 2, pp. 132-37.
20. "Comunicação de serviço do Inv. n. 622, de 21 de abril de 1935, ao Sr. Chefe da S-2" (Segurança Social), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, setor 10, pasta 18, folha 91.
21. Codinome de Lauro Reginaldo da Rocha, ou Lauro Reginaldo Teixeira, membro do Secretariado Nacional do Partido Comunista.
22. Hercolino Cascardo, "Comunicação s/n ao Sr. Chefe de Polícia do Distrito Federal", de 18 de maio de 1935, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, setor 10, pasta 8, folha 226.
23. "A propaganda das idéias extremistas no país", *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1935.
24. "As duas conspirações em foco", *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 26 de junho de 1935, pp. 1 e 12.
25. "Não corre nenhum risco a ordem pública", *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1935, p. 1.
26. "O governo está vigilante...", *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 30 de junho de 1935, pp. 1 e 2.
27. "Tentando atirar o Brasil no caos", *O Globo*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935, p. 1.
28. "Aliancistas do Brasil alerta", *Terceira República*, Rio de Janeiro, 5 de julho de 1935, p. 1.
29. *Idem*.
30. Hercolino Cascardo, Depoimento prestado no Tribunal de Segurança Nacional (TSN).
31. Hélio Silva, 1935, *A Revolta Vermelha*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969, p. 186.
32. *Idem*.

33. Miguel Costa, Carta a Luiz Carlos Prestes de 3 de agosto de 1935, Arquivo Nacional, Acervo Góis Monteiro.
34. Miguel Costa, *ibidem*.
35. Desmacarando os mistificadores do extremismo", *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 de julho de 1935, p. 1.
36. Carta de Hercolino Cascardo a Augusto do Amaral Peixoto, 25 de dezembro de 1935, FGV/CPDOC, Arquivo GV 35.12.25/1.
37. *Idem, ibidem*.
38. Marly Vianna, *Pão, terra e liberdade*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, pp. 85, 90 e 101.
39. Luiz Costa Netto, Relatório e Acórdão do processo em que são acusados... e outros, Rio de Janeiro, 1937, Imprensa Nacional, TSN, pp. 89 e 90.
40. Barreto Leite, Carta de Barreto Leite a Prestes, de 26 de novembro de 1935, *Pão, terra e liberdade*, Arquivo Nacional, São Carlos, Universidade Federal de São Paulo, 1995, p. 140.
41. *Idem*, p. 140.
42. *Idem*, pp. 141, 142, 143 e 144.
43. *Idem*, pp. 145, 146 e 147.
44. *Idem*, pp. 147 e 148.
45. *Idem*, p. 148.
46. *Idem*, p. 149.
47. *Idem*, pp. 149 e 150.
48. Tribunal de Segurança Nacional, Acórdão de 7 de maio de 1937, p. 171.
49. Auto de qualificação de Carlos Amorety Osório, Polícia Civil do Distrito Federal, 8 de junho de 1936, fls. 4.063, TSN.
50. O número total chegava a 33, sendo os mais conhecidos Prestes, Agildo, Pedro Ernesto, Harry Berger, Rodolfo Ghioldi, Leon Jules Vallée, Antônio Maciel Bonfim, Carlos da Costa Leite.
51. Leôncio Basbaum, *op. cit.*, pp. 80-82.
52. Honorato Himalaya Vergolino, *Razões finais da procuradoria*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937, p. 24.
53. Agildo Barata, *op. cit.*, p. 261.
54. "Ata da reunião dos srs. generais presentes nesta Capital em 3 de dezembro de 1935", Rio de Janeiro, Salão de Despachos do Ministro da Guerra, FGV/CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas, doc. N. GV 35. 12. 03/3.
55. Góis Monteiro, Voto do General Góis Monteiro na reunião dos generaes presidida pelo ministro da Guerra em 3 de dezembro de 1935, FGV/CPDOC, Acervo Getúlio Vargas, GV 35.12.03/3.
56. Barreto Leite, *op. cit.*, p. 143.

Bibliografia

- BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Melso, s/d.
- BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1976.
- MARTINS, Ivan Pedro de. *A flecha e o alvo*. Porto Alegre: Movimento, 1994.
- MEIRELLES, Domingos. 1930, *Os órfãos da revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- MORAES, Denis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- SILVA, Hélio. 1935, *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- THOMAS, Hugh. *A Guerra Civil Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- . *Pão, terra e liberdade*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

Jacobinismo negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-64)

Elio Chaves Flores

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professor do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).